

OPERAÇÃO OVERCLAN

REVELA PROVAS QUE COLOCAM
PREFEITO DE RIACHO DE SANTANA
SOB SUSPEITA

Págs. 04 e 08



Jornal.do Sudoeste

APENAS A VERDADE

MINISTÉRIO PÚBLICO

APURA DENÚNCIAS DE “RACHADINHA”
NA ADMINISTRAÇÃO
MUNICIPAL DE ITARANTIM

Pág. 07

PREFEITO DE ITAPETINGA

É NOTIFICADO PELO TCM POR
GASTOS SUSPEITOS COM
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Pág. 12

ENTREVISTA – PSICÓLOGA E PSCANALISTA SABRINA GOMES CAMARGO

Páginas 22 a 24

“ A violência contra mulher não é apenas uma questão individual, mas uma responsabilidade coletiva. ”



RELATÓRIO REVELA NEGLIGÊNCIA
DE EMPRESAS ÉÓLICAS E SOLARES
SOBRE DIREITOS HUMANOS

Págs. 25 e 26

COMUNIDADE QUILOMBOLA
Dificuldades no acesso à energia
impacta o dia a dia em
Extrema, em Piatã

Pág. 21

EDITORIAL

■ **ANTÔNIO LUIZ**
Editor@jornaldosudoeste.com

A sociedade precisa reagir contra a decadência ética e moral do Supremo Tribunal Federal

Em 1930, o filósofo, jornalista e ensaísta espanhol José Ortega y Gasset lançou “A Rebelião das Massas”, uma obra que surgiu em meio a uma Europa marcada por crises políticas, culturais e morais após a Primeira Guerra Mundial. Inspirar-se nas ideias de Ortega nesse momento de reflexão e transformação do Brasil é essencial para compreendermos a realidade atual da nossa Suprema Corte de Justiça. Assim como naquela época, observamos sinais evidentes de esgotamento e perda de referências éticas e morais que comprometem a credibilidade do Supremo Tribunal Federal.

A crise do Supremo Tribunal Federal não é um fenômeno isolado, mas sim um reflexo de uma política e de uma sociedade que, seja por omissão ou convivência, permitem a erosão dos princípios fundamentais que deveriam nortear suas ações. A escolha dos ministros da Suprema Corte, feita por políticos que se autoproclamam legítimos representantes do povo – o que, em tese, não pode ser contestado – tem se revelado uma mera seleção de indivíduos cuja notória formação jurídica e reputação ilibada, exigida pela Constituição Federal, muitas vezes, não são observadas e não asseguram a integridade moral e ética necessárias ao cargo. A falta de critérios rigorosos e a complacência de uma maioria silenciosa têm, ao longo dos anos, minado a autoridade e a moralidade da Corte, afastando-a cada vez mais da sociedade que deveria representar.

“...observamos sinais evidentes de esgotamento e perda de referências éticas e morais que comprometem a credibilidade do Supremo Tribunal Federal.”

Atualmente, presenciamos uma acentuada decadência ética e moral no Supremo Tribunal Federal, com episódios que chocam a população. A ausência de transparência, as relações questionáveis de ministros com figuras de alta criminalidade, decisões que extrapolam os limites da legalidade, o silêncio diante de escândalos e a sensação de impunidade alimentam uma desconfiança generalizada, gerando uma crise de credibilidade que compromete o Estado de Direito. Essa situação exige uma resposta firme, uma resistência que se traduza em ações concretas e pacíficas.

Inspirados por Ortega y Gasset, surge a necessidade de uma “rebelião pacífica”, uma mobilização cidadã que clame por transformações significativas. Historicamente, o Brasil já provou que a pressão popular pode gerar resultados concretos, como demonstrado pelo movimento em prol da moralidade na política, que culminou na aprovação do Projeto Ficha Limpa. Uma proposta semelhante voltada à Justiça poderia ser a implementação de um sistema de eleição direta por parte das Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Essa medida permitiria a indicação de três nomes ao presidente da República, a partir dos quais um seria escolhido. Dessa forma, minimizaríamos a influência política e promoveríamos uma seleção mais democrática e, principalmente técnica para os altos cargos do Judiciário.

“ Historicamente, o Brasil já provou que a pressão popular pode gerar resultados concretos, como demonstrado pelo movimento em prol da moralidade na política, que culminou na aprovação do Projeto Ficha Limpa.”

Não podemos nos dar ao luxo de esperar. A degradação ética e moral do Supremo Tribunal Federal, se não enfrentada com coragem e inovação, pode contaminar todas as Instituições democráticas, levando a um cenário que já começa a se desenhar de arbitrariedades, violações de direitos e retrocessos culturais severos. A recente história do Brasil já demonstrou as consequências de permitir que o Estado de Direito seja dominado por interesses escusos e por uma elite que preza pela complacência em detrimento da ação.

Chegou o momento de a sociedade brasileira, seus Movimentos Sociais, suas Instituições Cívicas e cidadãos conscientes, promoverem uma verdadeira rebelião pacífica. É hora de debater propostas concretas e coletar assinaturas para elevar ao Congresso Nacional uma nova Emenda Constitucional que modifique o modelo atual de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal, tornando-o livre de compromissos políticos e fundamentando-se nos princípios consagrados na Constituição Federal – um elevado saber jurídico e reputação ilibada. Somente assim poderemos restaurar a credibilidade e integridade do Supremo Tribunal Federal.

A mudança não pode aguardar. A história é implacável com aqueles que se omitem diante da corrupção e do desrespeito às Instituições que garantem nossa liberdade e justiça.

“ É hora de debater propostas concretas e coletar assinaturas para elevar ao Congresso Nacional uma nova Emenda Constitucional que modifique o modelo atual de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal, tornando-o livre de compromissos políticos e fundamentando-se nos princípios consagrados na Constituição Federal.”

EXPEDIENTE

JORNAL DO SUDOESTE – Edição 758 – 09 de fevereiro a 05 de março de 2026

FUNDAÇÃO
21 de março de 1988

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Luiz da Silva
Antônio Novais Torres
Leonardo Santos

EDITOR EXECUTIVO/DIRETOR DE REDAÇÃO
Antônio Luiz da Silva
(77) 99838-6283
editor@jornaldosudoeste.com

CHEFE DE REDAÇÃO ADJUNTA
Gabriela Oliveira de Jesus
(77) 98816-6680
reportagem@jornaldosudoeste.com

COMUNICAÇÃO VISUAL/ ESTRATÉGIA
DIGITAL/SOCIAL MEDIA E
DESIGNER GRÁFICO
Keila Sofia Aguar
(77)99935-3316
diagramacao@jornaldosudoeste.com

JORNAL DO SUDOESTGE
www.jornaldosudoeste.com

ENDEREÇO
Pça Capitão Francisco de Souza Meira, 164 – Sl. 06 – Centro
CEP: 46.100.155 – Brumado – Bahia

TELEFONE
(77) 99804-5635

Agência Sudoeste – Jornalismo, Assessoria e Pesquisas Ltda
CNPJ: 36.607.622/0001-20

 jsudoestebahia	 www.jornaldosudoeste.com
 jornaldosudoeste	 (77) 99872-5389
 @JornaldoSudoestecanaljs	 @jornalsudoestebahia

O Jornal do Sudoeste não mantém vínculo de qualquer espécie com seus colaboradores (artelistas), sendo da responsabilidade de cada um deles o conteúdo de seus textos



○ ELEIÇÕES 2024

Tribunal Superior Eleitoral rejeita recurso do MDB e confirma vitória da chapa do PSD em Palmas de Monte Alto

■ DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negou seguimento ao Agravo em Recurso Especial Eleitoral interposto pelo Diretório Municipal do MDB de Palmas de Monte Alto, que buscava reformar decisões da 175ª Zona Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. O Colegiado baiano havia mantido, por unanimidade, sentença da 175ª Zona Eleitoral que julgou improcedente a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Aije) contra os candidatos Marcos Tulio Laranjeira Rocha e Rosemaura – Rose da Barriguda – Pereira Mesquita Brito, eleitos prefeito e vice-prefeita em 2024 pelo PSD, além do então prefeito Manoel Rubens Vicente da Cruz e do Diretório Municipal do PSD.



O Tribunal Superior Eleitoral confirmou sentença da Justiça Eleitoral baiana e confirmou os mandatos do prefeito Marcos Tulio Laranjeira Rocha e da vice-prefeita Rosemaura – Rose da Barriguda – Pereira Mesquita Brito, ambos do PSD, eleitos em 2024 em Palmas de Monte Alto.

A Ação movida pelo Diretório Municipal do MDB de Palmas de Monte Alto após discurso de Manoel Rubens Vicente da Cruz (PSD), então prefeito, durante comício realizado em 14 de setembro de 2024, no Bairro Nova Palmas. Na ocasião, o gestor prometeu a pavimentação de duas ou três ruas da localidade caso os candidatos (Marcos Tulio Laranjeira Rocha e Rosemaura – Rose da Barriguda – Pereira Mesquita Brito) apoiados por ele fossem eleitos. O partido alegou que a fala configuraria captação ilícita de sufrágio, abuso de poder político e econômico e prática de conduta vedada.

O Ministro Relator do Processo na Corte Superior, assim como a 175ª Zona Eleitoral e o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, firmou entendimento que episódio fez parte do contexto da campanha eleitoral, caracterizado como manifestação legítima de apoio político, sem evidências de uso indevido da máquina administrativa ou aplicação desproporcional de recursos públicos. O Tribunal Superior Eleitoral também destacou que o ato não ocorreu no exercício da função pública nem nas dependências da Prefeitura Municipal, afastando a hipótese de abuso de poder político e econômico. Além disso, a Corte Superior reforçou que não houve comprovação de distribuição de bens ou serviços, requisito para caracterização de conduta vedada prevista no Artigo 73, Inciso IV e § 10 da Lei 9.504/97 (Lei das Eleições).

O Ministro Floriano de Azevedo Marques, Relator do processo no Tribunal Superior Eleitoral, acompanhou integralmente o entendimento das Instâncias Justiça Eleitoral baiana. Para ele, a promessa de asfaltamento se enquadra como manifestação política típica de campanha, sem gravidade suficiente para comprometer a legitimidade do pleito. O Relator ressaltou que, para configurar abuso de poder, é necessário que a conduta tenha repercussão significativa capaz de desequilibrar a disputa eleitoral, o que não se verificou no caso concreto.

Com a negativa de seguimento ao Recurso, o Tribunal Superior Eleitoral encerra definitivamente a disputa judicial em torno das eleições municipais de 2024 em Palmas de Monte Alto. O resultado das urnas, que elegeu Marcos Tulio Laranjeira Rocha e Rosemaura – Rose da Barriguda – Pereira Mesquita Brito, ambos do PSD, para governar o município entre 2025 e 2028, fica consolidado.

PREFEITO DE RIACHO DE SANTANA É CITADO EM CELULAR DE EMPRESÁRIO ACUSADO DE CHEFIAR ESQUEMA BILIONÁRIO DE FRAUDES

■ DA REDAÇÃO JS

redacao@jornaldosudoeste.com

Relatórios da Polícia Federal, referentes a dados extraídos de celulares apreendidos na Operação Overclan, apontam que um dos investigados, o empresário baiano Evandro Baldino do Nascimento, ex-presidente da Câmara de Vereadores de Várzea do Poço e sócio da Construtora Impacto, apontado como o articulador logístico, financeiro e operacional de um esquema que envolveria direcionamento de licitações, pagamento de vantagens indevidas e lavagem de dinheiro a partir de recursos públicos oriundos de emendas parlamentares, tratou diretamente de pagamentos a prefeitos de municípios beneficiados por emendas. Entre os prefeitos citados nas mensagens está o de Riacho de Santana, João Vitor Martins Laranjeira (PSD).

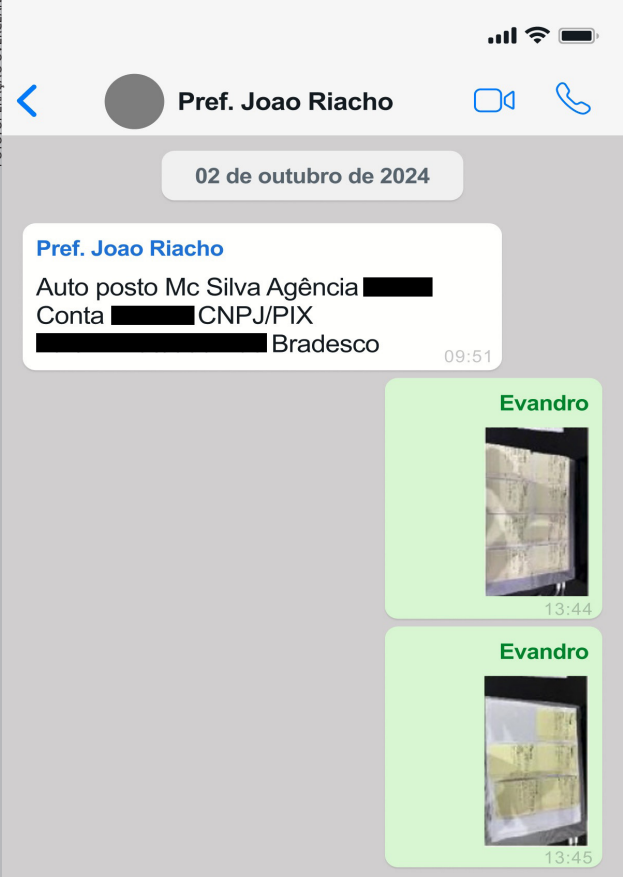
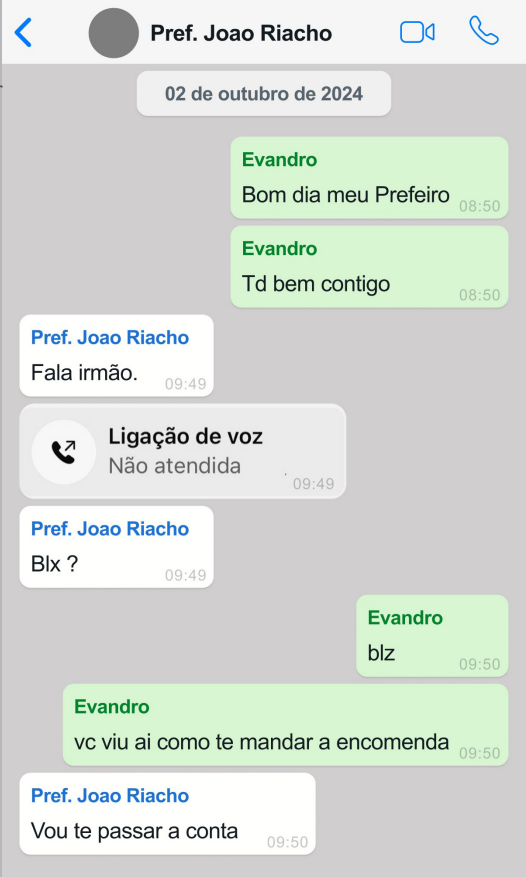
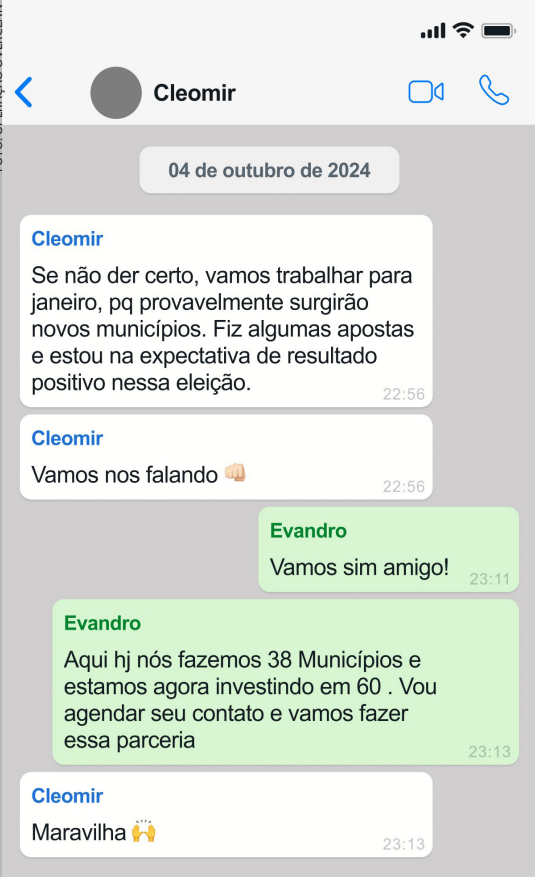


O prefeito João Vitor Martins Laranjeira (PSD), foi citado pelo empresário acusado de ser operação de um esquema de fraudes em licitações, corrupção e lavagem de dinheiro de emendas parlamentares, conforme relatório da Polícia Federal.

Nas mensagens atribuídas ao empresário Evandro Baldino do Nascimento, que constam dos Relatórios da Polícia Federal, indicam que ele teria afirmado ter comprado apoio político de prefeitos baianos e fechado acordos com diversas Prefeituras Municipais por meio de repasses em dinheiro.

Nas conversas, o empresário relata a um interlocutor que “já fez 38 municípios” e que estaria negociando com outros 60, mencionando tratativas diretas com prefeitos.

CONVERSAS OBTIDAS



Segundo informações apuradas e tornadas públicas inicialmente, com exclusividade, pela jornalista Mirelle Pinheiro, do site Metrópolis, os pagamentos eram realizados com depósitos em dinheiro, fracionados em várias partes, diretamente nas contas indicadas pelos próprios gestores municipais.

Em uma das mensagens que constam do Relatório da Polícia Federal, o empresário Evandro Baldino do Nascimento conversa com João Vitor Martins Laranjeira (PSD), prefeito de Riacho de Santana, que também é investigado na Operação Overclean. No diálogo, reproduzido no Relatório da Polícia Federal, Evandro Baldino do Nascimento trata diretamente com o prefeito João Vitor Martins Laranjeira (PSD) sobre o envio de valores. As mensagens mencionam depósitos fracionados e incluem o encaminhamento de transferências bancárias.

Pouco mais de um ano depois dessa troca de mensagens, no dia 16 de outubro do ano passado, o médico e prefeito de Riacho de Santana, João Vitor Martins Laranjeira, foi afastado do cargo, durante a 7ª Fase da Operação Overclan, por decisão do ministro Kássio Nunes Marques, Relator da Operação Overclan no Supremo Tribunal Federal. Cento e nove dias depois, no último dia ..., o prefeito retornou ao cargo também por decisão da Suprema Corte.

○ OPERAÇÃO OVERCLAN

Saiba+

Operação Overclean

A Operação Overclean é conduzida pela Polícia Federal, Controladoria Geral da União e Receita Federal do Brasil (RFB), autorizada pelo Supremo Tribunal Federal, tem como objetivo de desarticular uma suposta organização criminoso suspeita de desvio de recursos públicos provenientes principalmente de emendas parlamentares, corrupção e lavagem de dinheiro, com uso de licitações direcionadas, empresas de fachada, superfaturamento de obras e pagamento de propina a agentes públicos.

As investigações apontam que o grupo teria desviado cerca de R\$ 1,4 bilhão em quatro anos, por meio de desvio de emendas parlamentares e convênios para empresas e pessoas ligadas a Administrações Municipais, com o uso de superfaturamento de obras e outras fraudes financeiras.

Entre os alvos da Operação estão deputados federais, empresários, prefeitos, vereadores, servidores públicos, operadores financeiros e assessores parlamentares.

Um dos parlamentares investigados é o deputado federal Adalberto – Dal – Rosa Barreto (União Brasil)/BA), que inclusive teve seu telefone celular apreendido na fase da Operação, que é ligado ao prefeito de Riacho de Santana, figurando, inclusive, como sócio em um dos empreendimentos do gestor, o Posto Correntina (Correntina Posto de Combustíveis Ltda), localizado no Km 46 da Rodovia BR-349/BA (Bom Jesus da Lapa a Posse/GO). Os outros parlamentares investigados são Félix Mendonça de Almeida Júnior (PDT/BA) e Elmar José Vieira Nascimento (União Brasil/BA) – todos negam envolvimento nas irregularidades.

As investigações já apontaram casos de estradas que receberam milhões em emendas parlamentares e nunca foram asfaltadas, empreiteiras que receberam recursos, mas abandonaram obras e até trabalhadores que ficaram sem pagamento.

Segundo a Polícia Federal, parte do dinheiro público desviado retornava ao esquema em forma de propina, financiamento de campanhas e pagamento direto a agentes públicos.

OUTRO LADO

A reportagem do **JS** encaminhou ofício ao prefeito João Vitor Martins Laranjeira (PSD), por meio do Aplicativo WhatsApp, para oportunizar que o gestor pudesse apresentar manifestação, esclarecimentos ou contrapontos acerca das declarações do empresário Evandro Baldino do Nascimento, bem como das mensagens extraídas pela Polícia Federal do aparelho celular apreendido em poder dele.

Até o fechamento desta edição, não houve retorno por parte do prefeito.

O espaço permanece aberto caso o gestor tenha interesse em se manifestar.



Js.

Feminicídio

O silêncio social também mata!

Diga não à violência.

Denuncie!

Ligue 180

Ives Gandra da Silva Martins

Professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifio, UniFMU, do Ciee/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).



Por um Código de Ética para o STF

Volto a comentar com os amigos leitores a posição do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP) em relação ao Supremo Tribunal Federal. Estamos defendendo um código de ética para a Corte, além de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de transparência a ser aprovada pelo Congresso Nacional.

Por meio dessa proposta, buscamos a publicidade de tudo o que acontece no Supremo, sem sigilos indefinidos; que as audiências sejam todas públicas — sem amesquinhar o papel dos advogados nas chamadas sessões virtuais — e, por fim, que os despachos proferidos monocraticamente sejam julgados, já na sessão ou semana seguinte, pelo plenário ou pela turma correspondente.

Evidentemente, essa PEC não é um ataque aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, o que, aliás, nunca fiz, sempre me opondo a tal postura. O objetivo é que voltemos a ter um Supremo com respeitabilidade nacional, para que se perceba, efetivamente, que sua função é ser guardião da Constituição, não um legislador positivo ou um administrador ad hoc.

Assim, o que o Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP) — a Casa paulista do jurista, que congrega mais de mil juristas de diversos Estados e é palco de debates sobre as grandes questões nacionais desde 1874 — está propondo, em nome de sua tradição, é uma solução efetiva para a atual crise de credibilidade da Suprema Corte.

É necessário que nossos atuais Ministros — que são ótimos juristas e cuja qualidade reconheço, tendo com muitos deles livros escritos e participado de bancas de doutoramento — atuem para que a Suprema Corte volte a ser o que era na época daqueles magistrados que a tornaram a instituição mais respeitável do Brasil.

Portanto, reitero que não estamos fazendo nenhum ataque ao Supremo, mas sim agindo em defesa da Instituição, de modo que os Ministros percebam a necessidade de a Corte retomar o prestígio e a confiança que sempre a caracterizaram.

Nessa esteira, sou contrário ao impeachment de Ministros do Supremo Tribunal Federal. Defendo, contudo, que eles voltem a atuar estritamente como julgadores, e não como atores políticos, despojando-se de preferências ideológicas para decidirem exclusivamente à luz de um Direito que não lhes cabe criar.

Significa dizer que não compete ao STF declarar que o Poder Legislativo é incapaz de exercer sua função para, a partir de então, assumir a tarefa de elaborar a lei. É imperativo que respeite as competências dos demais Poderes, ainda que discorde de suas decisões.

Nesse sentido, destaco um julgamento específico que me impressionou profundamente pela sua relevância e desdobramentos. Já sob a égide da Constituição de 1988, discutia-se a demarcação de uma faixa de fronteira entre os Estados do Acre e de Rondônia, tendo por relator do processo o Ministro José Néri da Silveira. Naquela ocasião, fui consultado pelo governo de Rondônia para elaborar um parecer sobre a questão

Manifestei-me favoravelmente à tese de Rondônia, com base no artigo do Ato das Disposições Transitórias, que resultara de um acordo prévio firmado entre Amazonas, Acre e Rondônia, estabelecendo que aquele território deveria ser destinado a Rondônia, por força da delimitação

de uma Comissão para isto designada.

Já o Ministro Néri entendia que a área deveria permanecer com o Acre, sob o argumento de que, à data da promulgação da Constituição, a região estava sob seu domínio.

Contudo, diante da referida previsão constitucional, o Ministro José Néri manifestou-se da seguinte forma: embora mantivesse sua convicção pessoal a favor do Acre, decidiu em conformidade com o meu parecer, o qual transcreveu integralmente em sua decisão. Declarou-se, naquele momento, um ‘escravo da Constituição’, decidindo em favor do Estado de Rondônia, apesar de entender que seria mais justo o território continuar com o Acre.

Ou seja, mesmo possuindo uma posição pessoal distinta, preferiu cumprir o texto constitucional do que reescrevê-lo. E exatamente essa a postura que, em minha opinião, o Supremo Tribunal Federal deveria adotar de forma permanente. O Ministro José Néri foi, sem dúvida, um exemplo de integridade moral e intelectual na Suprema Corte e uma das figuras mais notáveis daquele tribunal.

Portanto, o público leitor há de compreender que, ao defender a posição do IASP e das entidades coirmãs (OAB/SP, AASP, Conselho Superior de Direito da Fecomercio/SP, entre outras), não me manifesto contra os Ministros — a quem respeito —, mas contra decisões com as quais não concordo por não estarem baseadas na Constituição.

O alimento mata a fome.
O cuidado alimenta a vida!



Apoie esta causa:  **lbv.org**


75 ANOS

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

MINISTÉRIO PÚBLICO ABRE INVESTIGAÇÃO SOBRE DENÚNCIAS DE 'RACHADINHA' NA GESTÃO MUNICIPAL DE EM ITARANTIM

Ministério Público do Estado da Bahia Instaura procedimento para investigar suspeitas de desvios de salários na administração de Itarantim

■ DA REDAÇÃO JS

redacao@jornaldosudoeste.com

O Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Mucuri, instaurou um Procedimento Preparatório de Inquérito Civil para investigar suspeitas de Improbidade Administrativa no município de Itarantim. A medida foi motivada por denúncia apresentada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Mucuri (Sindiservim-BA), com base em declarações da Professora e ex-Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, Maria Eliote Leal, que inclusive teria sido protocolizada no órgão ministerial, cuja exoneração teria sido motivada pela revelação das irregularidades.

Segundo a Professora Maria Eliote Leal, havia um esquema de “rachadinha” na Escola Municipal de 1º Grau Aristides Rocha, onde servidores contratados eram obrigados a devolver parte dos salários a um servidor comissionado da gestão municipal. A Professora relatou ainda que, ao tomar conhecimento do caso, o prefeito Fábio Pereira Gusmão (PSD) não teria adotado medidas para coibir a prática, orientando apenas o Procurador-Geral do Município a “abafar” o episódio para evitar o desgaste de um “escândalo” em sua gestão.

A denúncia foi apresentada em novembro de 2025 na tribuna da Câmara Municipal e ao Ministério Público. No Legislativo Municipal, a Professora Maria Eliote Leal afirmou ter sido alvo de perseguição política após comunicar os fatos a seus superiores, inclusive exonerada do cargo que ocupava na Secretaria Municipal de Educação.

Apesar da repercussão entre vereadores e da indignação popular, a Câmara Municipal de Itarantim recuou da criação de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI). Informações de bastidores apontam que parlamentares teriam retirado assinaturas de apoio ao Requerimento para criação da Comissão a pedido do prefeito.

Ao contrário do Legislativo Municipal, o Ministério Público Estadual, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Mucuri, instaurou um Procedimento Preparatório de Inquérito Civil – instrumento prévio e investigativo, que busca reunir informações básicas antes da instauração formal o Inquérito Civil – para apurar suspeitas de Improbidade Administrativa envolvendo denúncia feita pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Mucuri (Sindiservim BA) – que aponta que a suposta ilegalidade envolveria o município de Mucuri como parte interessada. Na decisão de instaurar o Procedimento, a Promotora de Justiça Substituta Gabriela Silva Moreira Sampaio destacou que os fatos narrados na denúncia podem configurar atos de Improbidade Administrativa, incluindo dano ao erário e enriquecimento ilícito. O prazo para conclusão da fase inicial de investigação é de 90 dias, período em que serão colhidos depoimentos, documentos e outras diligências. Caso as denúncias sejam confirmadas, o Ministério Público poderá avançar e ingressar com Ação Civil Pública contra os envolvidos.



Professora e ex-Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, Maria Eliote Leal, usou a tribuna da Câmara Municipal, em novembro de 2025, para denunciar o esquema de “rachadinha” na gestão municipal.



Acusado de omissão, o prefeito Fábio Pereira Gusmão (PSD), instalou uma Comissão Permanente de Processo Administrativo e Disciplinar, sem especificar que fatos serão apurados.

Quase cem dias após as denúncias, e logo após a divulgação da investigação ministerial, a Prefeitura Municipal de Itarantim publicou Decreto no último dia 19 de fevereiro instituindo uma Comissão Permanente de Processo Administrativo e Disciplinar, composta por sete membros, cinco titulares, incluindo o presidente, e dois suplentes. O documento, assinado pelo prefeito Fábio Pereira Gusmão, no entanto, não especifica os fatos a serem apurados, limitando-se a registrar que a Comissão atuará para resguardar os Princípios da Legalidade, Moralidade e Impessoalidade.

OUTRO LADO

A reportagem do **JS** tentou, sem sucesso, contato com o prefeito Fábio Pereira Gusmão (PSD) e com o presidente da Câmara Municipal, vereador Luciano Júnior – Dudu das Tutas – de Abreu Silva (PSD), que oficialmente, quase três meses depois, não se manifestaram sobre as denúncias da Professora nem sobre as medidas que teriam sido adotadas para evitar a apuração no âmbito da gestão e do Legislativo Municipal.

O espaço permanece aberto, caso queiram se manifestar.

○ ATIVIDADE LEGISLATIVA

Justiça suspende eleição antecipada da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Firmino Alves

■ DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

FOTO: DIVULGAÇÃO/CMFA



O juiz Rojas Sanches Junqueira, titular da Comarca e da 137 Zona Eleitoral de Itororó, decidiu parcialmente a favor de uma Ação movida pelo vereador Isaac Barreto dos Santos Filho (Avante), determinando a suspensão da eleição antecipada para a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Firmino Alves, prevista para o biênio 2027/2028 até o julgamento definitivo do Processo.

A controvérsia surgiu após a Câmara Municipal de Firmino Alves realizar, em 17 de junho de 2025, uma eleição para a Mesa Diretora para o biênio 2027/2028. A eleição ocorreu com base na Resolução 001/2025, que alterou o Regimento Interno da Casa Legislativa, permitindo a antecipação do processo eleitoral para o órgão diretivo do Parlamento Municipal.

Contudo, na sentença, o magistrado destacou que a realização dessa eleição viola entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.737, o Corte Suprema declarou inconstitucional a antecipação, para o primeiro ano de uma legislatura, da eleição para a Mesa Diretora referente ao segundo biênio.

Diante disso, o juiz Rojas Sanches Junqueira deferiu medida liminar, suspendendo imediatamente a eleição e impedindo a posse dos candidatos eleitos até que o mérito do Processo seja julgado. Além disso, o magistrado indeferiu o pedido para que a Câmara Municipal realizasse uma nova eleição de forma imediata.

A sentença também determinou que a Câmara Municipal de Firmino Alves apresente, no prazo de quinze dias, toda a documentação relativa ao Processo Legislativo e ao pleito questionado. Esses documentos serão analisados na fase de julgamento do mérito, que decidirá sobre a legalidade da eleição antecipada realizada pela Casa Legislativa.

ELEIÇÃO 2024

Ministério Público Eleitoral afasta acusação de fraude à cota de gênero em Ipupiara e reforça soberania do voto popular

■ DA REDAÇÃO *
redacao@jornaldosudoeste.com

FOTO: DIVULGAÇÃO



O Ministério Público Eleitoral da 94ª Zona Eleitoral da Bahia manifestou-se pela improcedência da Ação de Investigação Judicial Eleitoral, proposta pelo Diretório Municipal Progressistas (PP) que acusava o Partido Social Democrático (PSD) de fraude à cota de gênero nas eleições proporcionais de 2024 em Ipupiara.

A Ação proposta pelo Progressistas questiona o cumprimento da cota mínima de candidaturas femininas prevista no Artigo 10, §3º, da Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições), sustentando que as candidaturas femininas teriam sido registradas pelo PSD, de forma simbólica, apenas para cumprir formalmente o percentual mínimo exigido pela legislação eleitoral, sem efetiva participação candidatas inscritas na disputa.

No entanto, nas Alegações Finais protocoladas no último dia 23 de fevereiro, o Ministério Público Eleitoral foi enfático ao apontar não haver, nos Autos,

elementos probatórios sólidos capazes de comprovar fraude, ressaltando que, segundo jurisprudência consolidada do Tribunal Superior Eleitoral, a caracterização de fraude à cota de gênero exige prova robusta e inequívoca de que as candidaturas foram lançadas exclusivamente para burlar a legislação..

o Ministério Público Eleitoral apontou ainda que durante a Instrução do Processo, testemunhas confirmaram que houve atos típicos de campanha, como distribuição de material, presença em eventos e pedidos de votos. Inclusive, segundo registrado nos Autos, a própria parte autora reconheceu ter visto candidatas realizando atividades de campanha nas ruas.

O Parecer do Ministério Público Eleitoral reforçou ainda o Princípio do “in dubio pro sufrágio”, que protege a soberania da vontade popular diante de dúvidas razoáveis, evitando a anulação de votos sem comprovação evidente de fraude.



Jornaldosudoeste

Henrique Matthiesen

* Henrique Matthiesen - Formado em
Direito. Pós-graduado em Sociologia



A Tirania do Achismo: o colapso intelectual de uma era vazia

Vivemos tempos em que a ignorância deixou de ser um estado provisório para tornar-se um projeto cultural. A era contemporânea, embriagada por telas luminosas e algoritmos que massageiam o ego, produziu uma nova forma de tirania: a tirania do achismo. Trata-se de um regime difuso, porém absoluto, no qual qualquer opinião, por mais rasa ou delirante, busca legitimidade apenas porque alguém “sentiu que é assim”. A razão foi abandonada, a reflexão esvaziada, e o conhecimento, antes patrimônio precioso da humanidade, passou a ser visto como incômodo.

Nunca se falou tanto e se pensou tão pouco. Nunca houve tanto acesso à informação e tão escassa capacidade de interpretação. O século XXI demonstra que dados não formam mentes e que tecnologia, sem profundidade, não emancipa, apenas atrofia. Somos herdeiros de uma tradição intelectual que produziu Sócrates, Descartes, Kant e Hannah Arendt, mas escolhemos seguir influenciadores que confundem convicção com pensamento e frases de efeito com reflexão.

A tirania do achismo floresceu onde a leitura definhou. A geração que despreza livros tornou-se especialista em tudo. Debatem política sem conhecer história, opinam sobre ciência sem compreender método e discutem ética sem jamais terem exercitado reflexão moral. Confundem autenticidade com sabedoria e coragem com insolência. O vazio transformou-se em estética, e a futilidade, em virtude socialmente celebrada.

As redes sociais consolidaram esse cenário. Converteram-se em arenas onde o grito vale mais

que o argumento e a arrogância supera a dúvida. A lógica algorítmica premia o excesso, não a ponderação. Assim, a ignorância organizada ganhou palco, audiência e aplausos. A figura do ignorante confiante, que nada sabe, mas tudo afirma, tornou-se modelo de sucesso.

Nesse ambiente, a erudição passou a incomodar. Quem lê irrita, quem pensa provoca rejeição, quem estuda parece deslocado. Valoriza-se a velocidade, não a maturação; o instantâneo, não a elaboração. A sociedade apressada e intelectualmente subnutrida prefere slogans a conceitos, memes a argumentos. Com isso, a própria noção de verdade dissolve-se.

O achismo é tirânico porque é soberbo. Não dialoga, impõe. Não investiga, sentencia. É o triunfo do ego sobre a inteligência. A tecnologia concedeu a milhões a ilusão de autoridade intelectual, mesmo sem lastro algum. A ignorância, antes vergonha, converteu-se em ornamento.

Vivemos o paradoxo cruel de uma era saturada de informação e deserta de sabedoria. Sem leitura, não há memória; sem memória, não há pensamento; sem pensamento, não há civilização. A tirania do achismo não é apenas um fenômeno cultural, mas uma ameaça civilizatória. Resistir a ela exige restaurar o valor do estudo, da dúvida e do silêncio fecundo. Pensar, hoje, tornou-se um ato de resistência em um mundo que se contenta em apenas achar.

Se o século XXI corre o risco de ser uma caricatura da inteligência humana, isso não se deve à falta de recursos, mas à recusa do esforço que o pensamento exige.

○ ATIVIDADE LEGISLATIVA

Justiça Eleitoral arquiva Ação e mantém mandato de vereadora petista em Riacho de Santana

■ DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

A Justiça Eleitoral da 113ª Zona Eleitoral de Riacho de Santana decidiu arquivar a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) que questionava o cumprimento da cota de gênero nas eleições municipais de 2024. A Ação havia sido movida pelo candidato derrotado ao Legislativo Municipal, Reginaldo – Professor Reginaldo – da Silva Alves (MDB).



Foto: Arquivo Pessoal

O emedebista alegava que a Federação Brasil da Esperança (PT/PCdoB/PV) teria descumprido a exigência legal de 30% de candidaturas femininas ao lançar nomes apenas para preencher a cota. Segundo o autor da Ação, as candidaturas ao Legislativo Municipal de Cleonice – Nice da Saúde – Lopes da Cruz, eleita com 539 votos, e Rosana – Barrem – Maria da Silva, ambas do Partido dos Trabalhadores, teriam sido registradas pela Coligação Federação Brasil da Esperança, apenas para atender à exigência legal de 30% de mulheres nas chapas. As candidatas citadas foram Cleonice – Nice da Saúde – Lopes da Cruz, reeleita com 539 votos, e Rosana – Barrem – Maria da Silva, que obteve 16 votos.

A vereadora reeleita, vice-presidente da Câmara Municipal, Cleonice – Nice da Saúde – Lopes da Cruz (PT), teve seu mandato confirmado pela Justiça Eleitoral da 113ª Zona Eleitoral.

Na sentença, o juiz titular da 113ª Zona Eleitoral Paulo Rodrigo Pantusa concluiu que não havia provas suficientes para sustentar a acusação de fraude. O magistrado destacou que a baixa votação de uma candidata não caracteriza, por si só, irregularidade, sobretudo em disputas com grande número de concorrentes. Além disso, reconheceu que as candidatas realizaram atos de campanha, afastando a tese de candidaturas fictícias.

Com a decisão, o mandato da vereadora Cleonice Lopes da Cruz (PT), atual vice-presidente da Câmara Municipal, foi confirmado. Caso a Ação tivesse sido julgada procedente, a parlamentar perderia a cadeira, que seria ocupada pelo autor da denúncia.

Reação da vereadora

Após o arquivamento, a vereadora petista Cleonice – Nice da Saúde – Lopes da Cruz celebrou a decisão e reforçou seu compromisso com a democracia e a legalidade. Para ela, a sentença representa não apenas uma vitória pessoal, mas também um avanço para todas as mulheres que lutam por espaço na política. “Nosso mandato foi conquistado de forma legítima e transparente”, afirmou.

A vereadora destacou ainda que o Partido dos Trabalhadores em Riacho de Santana, a exemplo do que ocorre em todo o país, seguirá empenhado em ampliar a representatividade feminina e fortalecer uma agenda voltada para igualdade de oportunidades. Segundo ela, a Ação sem fundamento que tentou cassar seu mandato expôs os obstáculos enfrentados por mulheres na política, especialmente as mulheres negras, cuja legitimidade é frequentemente questionada.

OUTRO LADO

A reportagem do **JS** não conseguiu contato com o candidato derrotado na disputa por uma cadeira no Legislativo Municipal riachense, Reginaldo – Professor Reginaldo – da Silva Alves (MDB), autor da Ação, para que pudesse se manifestar sobre a decisão da Justiça Eleitoral. O espaço permanece aberto para manifestação.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Prefeito de Itapetinga é notificado pelo Tribunal de Contas dos Municípios por gastos suspeitos com material de construção

■ DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



O prefeito de Itapetinga, Eduardo Jorge Almeida Hagge (MDB), entrou na mira do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia e foi notificado, no último dia 12, para prestar esclarecimentos sobre o cancelamento de um contrato licitado regularmente e a posterior realização de compras por Dispensa de Licitação para aquisição de materiais de construção. O gestor terá de apresentar documentação e justificar os procedimentos adotados.

O contrato que justificou a intervenção do Tribunal de Contas dos Municípios foi formalizado pela Prefeitura Municipal de Itapetinga em maio de 2024, na gestão do ex-prefeito Rodrigo Hagge Costa (MDB), no valor pouco superior a R\$ 1,4 milhão, com a Empresa Ideon Gonçalves de Oliveira ME, após processo licitatório regular, tendo como objeto o fornecimento de materiais como cimento, areia e tubos para diversas Secretarias Municipais. Em 2025, na gestão do atual prefeito, a Prefeitura Municipal, o contrato foi cancelado. Em dezembro de 2025, de acordo com os registros analisados pelo Tribunal de Contas dos Municípios, a Prefeitura Municipal publicou três atos de Dispensa de Licitação para compras semelhantes, totalizando cerca de R\$ 780 mil. As aquisições feitas com as Empresas Mineradora Monte Santo (R\$ 92.320,00), Palmas Lu Distribuidora (R\$ 238.717,60) e RS Perez & Cardozo (448.375,30), foram justificadas com base em uma suposta Situação de Emergência.

O Colegiado de Contas solicitou explicações do gestor municipal sobre os motivos que levaram ao cancelamento do contrato original, as razões para as Dispensas de Licitação e a documentação que embasou a alegação de Situação de Emergência.

OUTRO LADO

A reportagem do **JS** tentou contato com o prefeito Eduardo Jorge Almeida Hagge (MDB) para que pudesse comentar a decisão do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e apresentar, caso julgasse necessário, suas justificativas em relação aos questionamentos feitos pela Corte. O espaço permanece aberto para que o prefeito, se assim entender, possa se manifestar e apresente sua versão sobre o caso.

anima

SAÚDE & BEM-ESTAR



Rua Joana Angélica, 245, Centro - 1º Andar
(Acesso por Elevador)
Brumado - BA



Telefone: (77) 9 9998-7920



JUSTIÇA

Tribunal de Contas determina suspensão de pagamentos da Prefeitura de Malhada a Escritório de Advocacia

FOTO: DIVULGAÇÃO/TCM BA



■ DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

Na sessão realizada no último dia 4, a Primeira Câmara de Julgamentos do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia decidiu manter a suspensão dos pagamentos da Prefeitura de Municipal de Malhada ao Escritório Nunes Golgo Sociedade de Advogados, referentes ao Contrato nº 234/2025. A Medida Liminar, que havia sido inicialmente concedida pelo Conselheiro Nelson Vicente Pellegrino, foi confirmada pelos Conselheiros Paulo Fernando Rangel de Lima, Alex Cerqueira de Aleluia e José Cláudio Mascarenhas Ventin, integrantes da Primeira Câmara de Julgamentos. A decisão marcou a primeira atividade do Colegiado no início do ano.

A decisão foi motivada por uma solicitação da 25ª Inspeção Regional de Controle Externo (25ª Irce/TCM), que identificou irregularidades na contratação. De acordo com o órgão técnico, os honorários advocatícios estavam fixados em 20%, um percentual considerado excessivo e em desacordo com os princípios constitucionais de razoabilidade, proporcionalidade e economicidade. Além disso, os Auditores apontaram que a contratação não atendeu às Instruções Normativas do TCM-BA nº 01/2018 e nº 01/2022, que regulam os critérios para serviços de Advocacia e Consultoria relacionados à recuperação de créditos tributários e previdenciários.

O contrato em questão previa a prestação de Consultoria e Assessoria Especializada, bem como a promoção de ações judiciais para recuperar repasses futuros do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), identificar créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e corrigir recolhimentos indevidos relacionados ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Entretanto, para o Relator da Ação na Corte de Contas, Conselheiro Nelson Vicente Pellegrino, não há justificativa para o percentual estipulado, visto que o Processo não apresenta estimativas dos valores que poderiam ser recuperados pelo município.

Diante da decisão, os pagamentos permanecerão suspensos até o julgamento definitivo do processo.

OUTRO LADO

A reportagem do **JS** não conseguiu contato com o prefeito de Malhada, Gimmy Everton Mouraria Ramos (PT), para que pudesse comentar a decisão do Tribunal de Contas dos Municípios.

O espaço permanece aberto caso o gestor queira se manifestar.

Quatro estudantes de Barra da Estiva criam pré-treino natural à base de beterraba



As estudantes barra-estivense Sany Teixeira e Beatriz Ramos , juntamente com outras duas colegas (Lara Laviny e Sheila Sabrinha), criaram um suplemento pré-treino natural à base de farinha de beterraba.



■ DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

Quatro jovens de Barra da Estiva estão inovando no universo dos suplementos esportivos com a criação de um pré-treino natural feito a partir de farinha de beterraba. As estudantes Beatriz Ramos, Lara Laviny, Sany Teixeira e Sheila Sabrinha, alunas do Colégio Estadual de Tempo Integral Professora Ana Lúcia Aguiar Viana, desenvolveram o produto com o apoio de professores de Química da Instituição, José Paulo Rocha e Joelma Santos.

A iniciativa das estudantes surgiu como uma oportunidade de empreender e promover um produto mais saudável para quem pratica atividades físicas. Segundo dados da Consultoria Future Market, o mercado global de pré-treinos deve atingir US\$ 44,7 bilhões em 2035, demonstrando o potencial de crescimento do segmento. “Acreditamos que nosso pré-treino natural à base de farinha

de beterraba tem grande potencial no mercado, por ser um produto orgânico e funcional. Pensamos em futuramente patentear a nossa criação para proteger a inovação e dar início a um pequeno negócio”, afirmou Beatriz Ramos.

O Projeto, que ganhou destaque no Encontro Estudantil da Rede Estadual de Educação, evento promovido pela Secretaria de Estado da Educação da Bahia, realizado em Salvador no último mês de dezembro que reuniu cerca de dez mil estudantes dos 27 Territórios de Identidade, valoriza o potencial da “Beta vulgaris”, nome científico da beterraba, reconhecida por seus benefícios relacionados à energia, circulação sanguínea e Saúde Cardiovascular. Lara Laviny explica que o produto é inteiramente orgânico e livre de substâncias estimulantes como Cafeína e Taurina, que costumam afetar o Sistema Nervoso e o Coração.

“Nosso pré-treino é uma alternativa natural, sem aditivos artificiais, o que o torna uma opção mais saudável para os atletas”, destacou.

Para a produção, as estudantes contam com o apoio de agricultores familiares locais, que fornecem a beterraba utilizada na fabricação do suplemento. Com o Projeto em andamento, elas buscam ampliar a divulgação dos benefícios do produto, especialmente em comparação aos pré-treinos industrializados, muitas vezes carregados de substâncias químicas. Sheila Sabrinha expressou sua satisfação ao ver a ciência aplicada na prática: “Projetos como o nosso mostram que a ciência pode estar presente no dia a dia das pessoas, e que nós, jovens, somos capazes de pesquisar, criar e desenvolver ideias inovadoras”, afirmou.



**MARLITO
LACERDA**
CONTABILIDADE

DESTAQUE INTERNACIONAL

Estudante baiana conquista destaque internacional em Harvard e Princeton

FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



■ DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

A estudante Maria Fernanda Marques Monteiro Éssi Souza, conhecida popularmente por Nanda Éssi, aluna do Colégio Estadual de Tempo Integral Odontina Laranjeira de Souza, em Ibotirama, tornou-se referência internacional ao conquistar seis premiações acadêmicas de prestígio em competições organizadas pelas universidades de Harvard e Princeton, nos Estados Unidos.

Os reconhecimentos foram obtidos em simulações da ONU e concursos acadêmicos internacionais, ambientes marcados pelo alto nível de exigência intelectual e diplomática. Entre os prêmios recebidos em 2025 e 2026 estão:

- Medalha de Prata e publicação de artigo na Harvard International Review Academic Writing Contest (revista trimestral de assuntos internacionais publicada pelo Conselho de Relações Internacionais de Harvard da Universidade de Harvard);
- Medalha de Prata no Alpha Scholars Service Learning Project (Programa de Pesquisa Científica organizada pela Universidade Harvard);
- Diplomatic Commendation no Harvard Model United Nations (prêmio concedido a delegados – representante – que demonstram excelência em oratória, negociação e profundo conhecimento do tema e do país representado, concedido pela Universidade de Harvard);
- Honorable Mention no Princeton Model United Nations (prêmio de mérito concedido pela Universidade de Princeton e Organização das Nações Unidas, que reconhece a alta qualidade da participação, negociação e elaboração de documentos (resoluções) por um estudante);
- Outstanding Delegate no Harvard Model United Nations Online (premiação concedida pela Universidade de Harvard a estudantes do Ensino Médio que reconhece habilidades superiores em diplomacia, oratória, negociação e liderança);
- Honorable Mention no Harvard Model United Nations (premiação concedida pela Universidade de Harvard concedida a estudantes de destaque que demonstram excelência em diplomacia, oratória, negociação e conhecimento profundo dos temas discutidos).

Em 2026, Maria Fernanda Marques Monteiro Éssi Souza retornou à Universidade de Harvard a convite do governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues Souza (PT), em reconhecimento ao impacto simbólico de sua trajetória para a Educação Pública baiana. A iniciativa contou com o apoio da diretora da Unidade Escolar, Patrícia Rejane Amaral Santana, que tem incentivado o protagonismo estudantil e a participação dos alunos em experiências acadêmicas de alcance global.

O caso reforça, segundo a Secretaria de Estado de Educação da Bahia, a importância da valorização da Escola Pública e do Ensino Integral, mostrando que jovens da rede estadual podem competir em igualdade de condições nos mais elevados espaços acadêmicos internacionais.

Para Especialistas em Educação ouvidos pela reportagem do JS, o caso da estudante ibotiramense reforça o compromisso que deve ser assumido coletivamente pela sociedade na defesa de uma Educação Pública de qualidade, livre de influências político-partidárias.

crédito: eva darron | unsplash

QUEM NÃO QUER VIAJAR PAGANDO BARATO?

Passagens Imperdíveis:
promoções de passagens aéreas
nacionais e internacionais

Baixe nosso aplicativo grátis: **Passagens Imperdíveis**



FRUTICULTURA – CERTIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

Banana de Bom Jesus da Lapa conquista Selo de Indicação Geográfica e projeta novos mercados

Foto:Reprodução/Redes Sociais



■ DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

A produção de banana no Perímetro de Irrigação Formoso, em Bom Jesus da Lapa, recebeu oficialmente o selo de Indicação Geográfica (IG) do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. A Certificação, publicada no último dia 10, reconhece a notoriedade da chamada “banana clarinha da Bahia” e marca uma conquista das articulações promovidas pelo Fórum Baiano de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas, coordenado pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia.

Reconhecimento de procedência

Certificada na categoria Indicação de Procedência, a banana da região se destaca pela coloração amarelo-ouro clara, elevada doçura e baixa acidez – características diretamente ligadas ao manejo em clima semiárido. As variedades Nanica e Prata cultivadas no Formoso já são reconhecidas nacionalmente pela qualidade.

“A IG deve agregar valor ao produto e ampliar acesso a mercados nacionais e internacionais, promovendo organização produtiva, associativismo e práticas sustentáveis”, afirmou a Assessora Técnica da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia, Jorgete Oliveira Gomes da Costa. Segundo ela, o Fórum Baiano de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas foi decisivo na articulação com os atores envolvidos no processo de reconhecimento junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi). A expectativa é que a Certificação abra novos canais de exportação, especialmente para a Europa.

Bahia amplia lista de produtos certificados

Com a banana de Bom Jesus da Lapa, a Bahia passa a contar com seis Indicações Geográficas, todas na modalidade Indicação de Procedência. Além da fruta, já possuem o Selo:

- Sul da Bahia (cacau)
- Oeste da Bahia (café)
- Microrregião Abaíra (cachaça)
- Vale Submédio São Francisco (uvas e mangas)
- Vale do São Francisco (vinhos e espumantes)

FRUTICULTURA – CERTIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

Valor econômico, histórico e cultural

O Perímetro de Irrigação Formoso, localizado às margens do Rio Corrente, ocupa cerca de 19,5 mil hectares, dos quais 8,7 mil são dedicados à banana. Implantado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), vinculada ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, em 1988 e administrado pelo Distrito de Irrigação de Formoso, o Projeto consolidou-se como um dos maiores polos de produção da fruta no país.

Inicialmente voltado à exportação da banananica, o empreendimento estruturou toda a cadeia produtiva local, desde a importação e adaptação de mudas até a criação de viveiros e cooperativas. Entre as organizações que ampliaram o alcance da produção está a Cooperativa dos Produtores de Bom Jesus da Lapa, responsável por levar a fruta a mercados nacionais e internacionais.

Além da relevância econômica, a banana carrega forte valor histórico e cultural para a região. A atividade está ligada à trajetória das famílias produtoras e à construção da identidade local, que projetou Bom Jesus da Lapa como referência nacional na produção da fruta mais consumida pelos brasileiros.

Foto:Reprodução/Redes Sociais



PROTEJA SUAS CONQUISTAS,
CONTE COM A
REALIZA



Assistências que atendem
suas necessidades24 horas
sete dias por semana.



Rua: Joana Angélica, 245 – 1º Andar – Sala 01
Sênio Clínica – Brumado – BA

(77) 9 9957-6500



Predisposição Genética: Cientista brasileiro desenvolve o maior relatório do mundo e economiza mais de R\$ 1,2 milhão com Sistema de Bioinformática

Mais de 500 predisposições genéticas + validação em 200 superdotados: o GIP redefine a estimativa de inteligência

ÂNGELA ROCHA – ASCOM/MÍDIA PLACEMENT
mp.mfpg@gmail.com

Um Neurocientista brasileiro acaba de colocar o Brasil em destaque no mapa mundial da Genômica de Precisão. Dr. Fabiano de Abreu Agrela Rodrigues, Diretor Científico do CPAH (Centro de Pesquisa e Análises Heráclito), criou o Genetic Intelligence Project (GIP), considerado por Especialistas um dos Sistemas mais completos e integrados de Análise de Predisposição Genética para Inteligência já desenvolvidos.

O GIP analisa mais de 500 Predisposições Genéticas relevantes, integra as maiores bases de dados científicas internacionais (incluindo Meta-Análises GWAS replicadas), considera fatores Ambientais Compensatórios, Epistasia e foi validado em um grupo controle de 200 indivíduos com QI formalmente testado entre 100 e 160. O relatório já está auxiliando médicos de diversas especialidades no Brasil e no exterior a personalizar abordagens em Saúde Cognitiva, Prevenção Neurológica e Educação.

O Projeto representa um investimento superior a R\$ 185 mil em equipamentos de ponta (equivalente a mais de 30 mil euros na cotação atual). O grande diferencial foi a economia estratégica: atuando também como Biotécnico, o Dr. Fabiano desenvolveu sozinho todo o Pipeline de Bioinformática, poupando cerca de R\$ 1,2 milhão, valor que seria gasto com contratação de uma equipe especializada de Bioinformatas durante o desenvolvimento. Na Europa, um único Bioinformatas Sênior custa entre R\$ 490 mil e R\$ 800 mil por ano.

O CPAH opera com bases no Brasil e em Portugal, mas o desenvolvimento da Bioinformática e o investimento principal ocorreram em Portugal, onde o Dr. Fabiano atua diretamente. O relatório GIP é comercializado amplamente no Brasil, tornando acessível essa inovação científica brasileira para Médicos, Educadores e indivíduos interessados em Saúde Genética Personalizada.



Dr. Fabiano de Abreu Agrela Rodrigues é Pós-Doutor e PhD em Neurociências, Mestre em Psicologia, Licenciado em Biologia e História; Tecnólogo em Antropologia e Filosofia com formações nacionais e internacionais em Neurociências e Neuropsicologia, Pesquisador e Especialista em Nutrigenética e Genômica.

PESQUISA CIENTIFICA

Mais de 500 Predisposições de Variantes

Os números impressionam: o GIP analisa mais de 500 Predisposições Genéticas extraídas do PGS Catalog e Open GWAS, processando dados imputados ou de sequenciamento completo. O Sistema integra todo o BioGRID (Banco de Interações entre Proteínas e Genes), todo o ClinVar (Variantes Clínicas) e todas as Bases de Farmacogenética existentes. Cada SNP (Variante Genética) recebe um peso de impacto calculado pelo próprio GIP.

"O segredo não está no PRS em si, que é o mais fidedigno que existe. Eu não posso dizer que a pessoa tem alta predisposição ou baixa ao Alzheimer analisando apenas APOE ou 15 SNPs. Eu analiso

milhões de SNPs. Sou perfeccionista e tenho alto senso de justiça. Não podemos entregar algo tão sério sem, no mínimo, o máximo de certeza", explica o Dr. Fabiano.

O cientista ressalta que o verdadeiro diferencial está na interpretação.

"O segredo está na criatividade subjetiva. Na interpretação dos dados e como uma coisa justifica a outra. Tem que entender de múltiplas áreas para interpretar, e o uso da criatividade é crucial para encontrar respostas. Assim como entender a Epistasia", afirma

Da inteligência à Saúde completa

O GIP nasceu de um objetivo específico: Estimar o QI através da Genética. Mais de 200 voluntários superdotados participaram da validação inicial, comprovando a precisão das estimativas de Inteligência Genética. A partir dessa base sólida, o sistema expandiu para cobrir todas as áreas da Saúde Humana.

"A ideia inicial era não apenas confirmar os Testes de QI, como

também validar que os Testes que não são de Escala Wechsler não são fidedignos. Muito menos Teste de Internet. Entendendo o QI, entendemos as condições psicológicas como um todo, pois tem relação", explica o cientista.

"Hoje analisamos tudo: Metabolismo, Cardiovascular, Neurológico, Oncológico, Farmacogenética. Colaboramos com Médicos de diversas Especialidades para auxiliá-los no atendimento personalizado".

Bioinformática de ponta com IA de apoio

O coração do GIP é um robusto Sistema de Bioinformática desenvolvido integralmente por Dr. Fabiano. Para apoiar a interpretação dos dados, o cientista construiu uma Inteligência Artificial que opera completamente offline. O Sistema apenas lê os arquivos Genômicos e processa as informações localmente, sem qualquer conexão com a internet, garantindo total segurança dos dados genéticos.

Todos os estudos científicos que fundamentam as análises estão armazenados no Banco de Dados Interno, criando uma IA treinada exclusivamente para Genômica que auxilia na interpretação dos resultados gerados pela Bioinformática. A metodologia inclui análise de Epistasia, que mapeia como os genes interagem entre si, além de uma régua populacional calibrada de acordo com a ancestralidade de cada indivíduo

Revolução no atendimento

Profissionais de Saúde que utilizam o GIP relatam transformações significativas em suas práticas clínicas



Dr. Rafael Marchetti, Médico Cardiologista Especialista em Medicina do Esporte e membro do GIP, destaca:

"As informações dadas pelo Teste Genético e o relatório técnico científico revolucionaram o meu modelo de atendimento, agora mais personalizado e preciso."



Dr. Luiz Felipe Carvalho Médico Cirurgião Ortopedista e precursor em tratamentos com uso de célula tronco, Diretor do Setor de Pesquisas com Célula Tronco do CPAH, compartilha da mesma visão:

"Fiquei impressionado com a assertividade e como a predisposição pode nos auxiliar no atendimento."



Dra. Jacy Alves, Médica Endocrinologista e Neurocientista, o projeto transcende a análise genética tradicional:

"Para mim, o GIP não apenas mapeia genes; ele decifra a sinfonia integrada do nosso genoma, revelando um guia personalizado que conecta metabolismo, mente e propósito para uma vida com mais saúde e consciência."

O fim do horóscopo biológico

Enquanto a maioria dos Testes de DNA entrega percentagens vagas e curiosidades sobre ancestralidade, o GIP entrega o que a equipe chama de "Manual de Instruções do Hardware Humano". O sistema utiliza algoritmos baseados no BioGRID para mapear a Epistasia, a conversa entre os genes.

Ao invés de dizer simplesmente que alguém tem um Gene de Obesidade, o relatório mostra como esse Gene é modulado por uma rede de outros Genes, indicando condições específicas para sua expressão ou neutralização. O Painel NeuroVitalis dissecar a Arquitetura da Mente: Volume Genético do Hipocampo (Memória), funcionamento da Bainha de Mielina (Velocidade de Processamento) e Perfil de Neurotransmissores.

Na Farmacogenética, o Sistema identifica como cada indivíduo metaboliza medicamentos específicos, indicando doses adequadas e substâncias contraindicadas. Um anti-inflamatório comum pode ser tóxico para quem é metabolizador lento no Gene CYP2C9, por exemplo. O GIP conecta pontos que análises isoladas ignoram, mostrando como uma dor na Coluna pode ser amplificada por Genes de inflamação sistêmica e modulada pela capacidade de Metilação do organismo.

O GIP está disponível para qualquer pessoa, Profissionais da Saúde, Médicos e Clínicas que desejam oferecer atendimento personalizado baseado em Genômica de Precisão. Interessados podem conhecer mais sobre o Projeto através do site do CPAH (www.cpah.eu) ou das redes sociais do Dr. Fabiano de Abreu @fabianodeabreuoficial.



BAHIA REGISTRA MAIS DE 12 MIL PARTOS DE MÃES ADOLESCENTES EM 2025

Apesar da redução em relação ao ano anterior, estado segue entre os que concentram maior número de casos no país.

■ DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

A Bahia contabilizou 12.681 nascimentos de bebês de mães adolescentes entre janeiro e agosto de 2025, segundo dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), do Ministério da Saúde. O levantamento foi compilado pela Organização Nacional de Acreditação (ONA) em janeiro deste ano.

No mesmo período de 2024, o Estado havia registrado 13.692 partos de jovens entre 15 e 19 anos, o que representa uma queda de 7,4%. Apesar da redução, especialistas alertam que os números permanecem elevados e mantêm a Bahia entre os Estados com maior volume absoluto de gravidez na adolescência.

Em âmbito nacional, foram 168.713 nascimentos de mães adolescentes entre janeiro e agosto de 2025. No mesmo intervalo de 2024, o total chegou a 179.428, encerrando aquele ano com 261.206 registros. A tendência é de queda gradual, mas os indicadores ainda superam os níveis recomendados por Organismos Internacionais de Saúde.

A divulgação ocorre durante a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, realizada de 1º a 8 de fevereiro, período dedicado à conscientização sobre Educação Sexual, Planejamento Reprodutivo e Direitos de Adolescentes.

De acordo com o Ministério da Saúde, a incidência da gravidez precoce está diretamente associada a fatores socioeconômicos. Os maiores índices se concentram em áreas de baixa renda, entre jovens com menor escolaridade e acesso restrito a Serviços de Saúde e Informação. Especialistas destacam que a gestação na adolescência frequentemente provoca evasão escolar e dificulta a inserção no mercado de trabalho, perpetuando ciclos de vulnerabilidade social.

*** COM INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE NASCIDOS VIVOS (SINASC), DO MINISTÉRIO DA SAÚDE**



DESIGUALDADE ENERGÉTICA – ELETRIFICAÇÃO

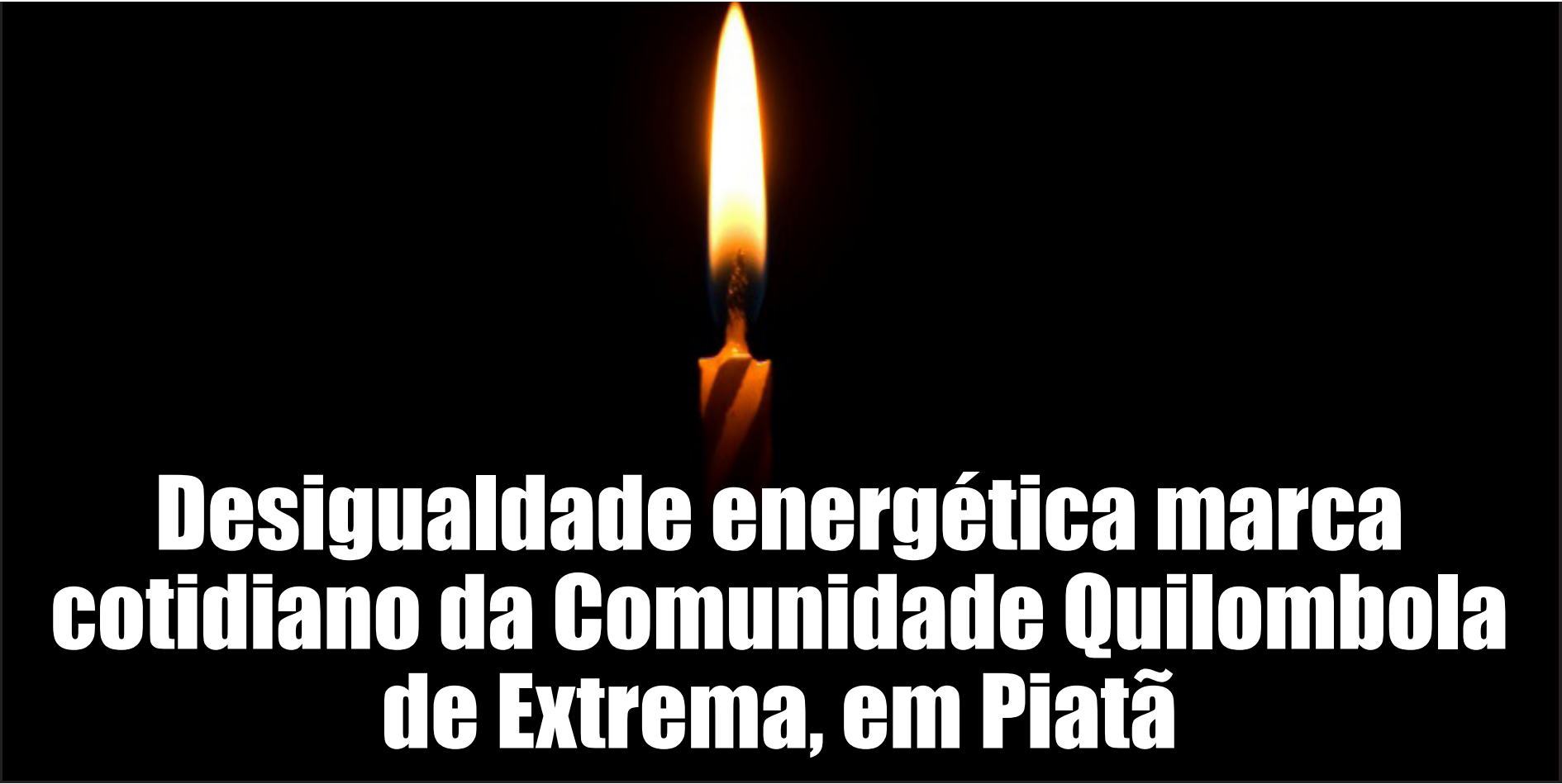


FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

DA REDAÇÃO *
redacao@jornaldosudoeste.com

Em pleno 2026, enquanto o país celebra avanços tecnológicos e digitais, famílias do interior ainda convivem com a ausência de um serviço básico: a energia elétrica. O contraste entre inovação e carência revela a face dura da exclusão energética no Brasil.

No município de Piatã, treze famílias da Comunidade Quilombola de Extrema aguardam há quase uma década pela promessa de eletrificação. O Projeto de Extensão de Rede que beneficiaria a Comunidade, solicitado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura de Transporte, Energia e Comunicação da Bahia, com orçamento estimado em R\$ 495 mil e execução até o fim de 2020, dentro do Plano de Universalização de Energia do Governo Federal, não saiu do papel.

O documento oficial, emitido pela própria Neonergia/Coelba em setembro de 2018, registrava o pedido sob o número 9101215235. No entanto, mais de sete anos depois, nenhuma obra

foi iniciada. Moradores relatam que, apesar das constantes reivindicações, o entrave estaria, segundo a Empresa, na falta de liberação da Licença Ambiental, requisito indispensável para a execução.

“Estamos há quase oito anos esperando. Faz meses que cobramos esse estudo ambiental e ninguém aparece no local. Ficamos sem respostas e sem energia”, desabafou um morador. Ele lembra que, em 13 de outubro de 2025, exatamente às 8h45, foi protocolada uma reclamação formal (nº 70002428700) junto à concessionária, sem retorno conclusivo até hoje.

As famílias pedem agilidade tanto dos órgãos ambientais, se confirmado que o atraso no início das intervenções está diretamente relacionado à Licença Ambiental, quanto da Concessionária, destacando que o acesso à energia elétrica é um direito fundamental, essencial para dignidade, segurança, desenvolvimento social e qualidade de vida.

OUTRO LADO

A reportagem do **JS** buscou posicionamento da Neonergia/Coelba, através da Comunicação Institucional da Empresa, por meio do e-mail imprensa.coelba@neoenergia.com, sobre o caso. Até o fechamento desta edição, não houve resposta oficial. O espaço permanece aberto, caso a Empresa queira se manifestar.



Credibilidade

Mais que uma conquista, um voto de confiança que renovado diariamente ao longo dos últimos 26 anos.



VIOLÊNCIA CONTRA MULHER/SAÚDE MENTAL - ENTREVISTA

"A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NÃO É APENAS UMA QUESTÃO INDIVIDUAL, MAS UMA RESPONSABILIDADE COLETIVA", AFIRMA A PSICÓLOGA E PSICANALISTA SABRINA CAMARGO

■ DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

A violência contra a mulher – psicológica, patrimonial e/ou física – não é apenas uma estatística, é uma realidade que deixa marcas profundas na mente, no corpo e nas relações sociais. Seus impactos vão muito além da vítima, alcançando filhos, famílias e toda a sociedade. Mais do que nunca, é urgente fortalecer redes de apoio, promover políticas públicas eficazes e transformar padrões culturais que sustentam o ciclo da violência. É, portanto, um fenômeno que ultrapassa os limites da vida privada e se revela como um problema de Saúde Pública, de Direitos Humanos e de Estrutura Social.

Para compreender melhor os impactos psicológicos, familiares e sociais desse problema, entrevistamos, com exclusividade, a brumadense Sabrina Gomes Camargo, Psicóloga e Mestre e Doutora em Psicanálise, que nos ajuda a refletir sobre como a violência de gênero molda vidas, relações e comunidades, reforçando o entendimento que o enfrentamento desse problema é responsabilidade coletiva. E que o silêncio nunca pode ser opção.

Confira os principais trechos da entrevista:

JORNAL DO SUDOESTE: Para começarmos, a senhora poderia nos explicar quais são os principais efeitos psicológicos da violência contra a mulher?

SABRINA GOMES CAMARGO: A violência contra a mulher atinge profundamente a subjetividade. Afeta o mais íntimo do seu ser, o núcleo de sua existência. Não se trata exclusivamente de uma agressão física ou verbal, mas de uma violência simbólica, que fere a dignidade, o lugar de fala e o sentimento de existir da mulher. No dia a dia da Clínica, observamos frequentemente quadros de ansiedade, depressão, culpabilizações, angústia intensa, sentimentos de desamparo e sintomas psicossomáticos. A violência fragiliza o laço com o outro e com o próprio desejo, produzindo sofrimento que se inscreve no corpo e na história da pessoa.

JS: De que forma essa violência pode impactar a autoestima, a identidade e a Saúde Mental das mulheres?

SABRINA GOMES CAMARGO: Do ponto de vista Psicanalítico, que é a minha referência teórica, a violência opera como um ataque à imagem que a mulher constrói de si mesma. Ao ser constantemente desqualificada, humilhada ou ameaçada, ela passa a internalizar o discurso do agressor. Isso compromete a autoestima, fragiliza a identidade e pode levar à perda da confiança em seus próprios sentimentos e percepções. Muitas mulheres passam a duvidar de si, de sua capacidade e de seu valor, o que impacta diretamente a Saúde Mental.

JS: Quais sinais ou sintomas costumam aparecer em mulheres que vivenciam esse tipo de violência?

SABRINA GOMES CAMARGO: Entre os sinais mais frequentes, observamos: medo constante e estado de

vigília; isolamento social; tristeza persistente; crises de ansiedade ou pânico; alterações no sono e na alimentação; baixa autoestima; dificuldade de tomar decisões; culpa e vergonha; queixas físicas sem causa médica aparente.

“A violência destrutura o ambiente familiar porque cria um clima de medo, silenciamento e tensão constante.”

JS: Como a violência contra a mulher pode repercutir na dinâmica familiar e nas relações conjugais e parentais?

SABRINA GOMES CAMARGO: A violência destrutura o ambiente familiar porque cria um clima de medo, silenciamento e tensão constante. Nas relações conjugais, instala-se uma dinâmica de poder e submissão, o diálogo é substituído pelo controle. A disponibilidade afetiva é impactada pelo esgotamento psíquico provocado pela violência.

JS: De que maneira os filhos são afetados ao testemunhar ou vivenciar esse contexto de violência?

SABRINA GOMES CAMARGO: Mesmo se não sofrem agressões diretas, os filhos também são impactados ao testemunhar a violência. Do ponto de vista psíquico, eles vivenciam insegurança, medo e confusão emocional. Muitas vezes, desenvolvem sintomas como dificuldades escolares, agressividade, retraimento ou ansiedade. Há também o risco de repetição desses padrões na vida adulta, pois a criança aprende formas de se relacionar a partir do que vivencia



“A família pode ser um espaço de proteção, escuta e acolhimento, mas também pode funcionar como agente de silenciamento.”

JS: A família pode atuar como espaço de apoio ou, em alguns casos, de perpetuação da violência. Como a senhora avalia o papel da família nesse processo?

SABRINA GOMES CAMARGO: A família pode ser um espaço de proteção, escuta e acolhimento, mas também pode funcionar como agente de silenciamento. Quando a família minimiza a violência, culpabiliza a mulher ou incentiva a permanência na relação abusiva, ela contribui para a perpetuação do sofrimento. Uma boa rede de apoio familiar legítima a dor, respeita o tempo da vítima e oferece suporte emocional, sem julgamentos.

JS: Quais são os reflexos da violência contra a mulher na comunidade e na sociedade em geral?

SABRINA GOMES CAMARGO: A violência contra a mulher não é um problema individual, mas social. Ela gera impactos na Saúde Pública, na Educação, no trabalho e na economia. Ela também produz uma cultura de naturalização da agressão, enfraquecendo os laços sociais. Uma sociedade que tolera a violência corrói seus próprios valores

JS: De que forma o estigma social e a cultura machista dificultam o enfrentamento e a superação da violência contra a mulher?

SABRINA GOMES CAMARGO: A sociedade machista e misógina atual produz discursos que culpabilizam a vítima ao afirmar que “ela provocou”, “ela permitiu”, “ela não saiu porque não quis”. Eliane Brum fala disso em seu livro Banzeiro Òkòtó, de que foi ensinado à mulher que é sua responsabilidade saber onde e como colocar seu corpo, saber com que roupa vesti-lo, culpabilizando-a por ter escolhido o lugar errado, a hora errada e o homem errado. Discursos que reforçam o silêncio e o medo. Esses significantes sociais atravessam o inconsciente, fazendo com que muitas mulheres se sintam responsáveis pela violência que sofreram, o que dificulta a busca por ajuda.

JS: Como, na opinião da senhora, esse problema influencia as políticas públicas, a Saúde Coletiva e até mesmo a economia?

SABRINA GOMES CAMARGO: A violência gera altos custos para o Sistema de Saúde, Assistência Social e Justiça. Afasta as mulheres do mercado de trabalho, compromete sua produtividade e limita sua autonomia econômica. Investir em políticas de prevenção e cuidado não é apenas uma questão social, mas também econômica e ética.

“O acolhimento e a escuta são essenciais para que a mulher possa simbolizar sua experiência, elaborar o trauma e retomar sua posição e lugar de sujeito.”

JS: Qual a importância da rede de apoio – incluindo Instituições, serviços e sociedade civil – para a recuperação das vítimas?

SABRINA GOMES CAMARGO: Uma boa rede de apoio é fundamental para que a mulher reconstrua sua vida. Ela precisa envolver Serviços de Saúde, Assistência Social, Justiça, Psicologia, Organizações Sociais e a própria comunidade. O acolhimento e a escuta são essenciais para que a mulher possa simbolizar sua experiência, elaborar o trauma e retomar sua posição e lugar de sujeito.

JS: Quais estratégias ou ações a senhora considera mais eficazes na prevenção da violência contra a mulher?

SABRINA GOMES CAMARGO: Eu acredito que precisamos começar cedo com a Educação Emocional desde a infância; discussão sobre gênero nas Escolas. É preciso fortalecer as políticas públicas e promover campanhas de conscientização. Para isso, precisamos investir na formação continuada de profissionais e incentivar as relações baseadas no respeito. A prevenção passa pela transformação dos discursos sociais.

JS: Como, na visão da senhora, profissionais de Saúde Mental podem contribuir para mudanças sociais e para o enfrentamento dessa violência?

SABRINA GOMES CAMARGO: Os bons profissionais atuam oferecendo escuta qualificada, sem julgamento, respeitando o tempo e a singularidade de cada mulher. A Psicanálise contribui ao possibilitar que a mulher reconstrua sua narrativa, ressignifique sua história e se reconecte com seu desejo. Os profissionais também podem atuar na formação, na pesquisa e na criação de políticas públicas.

“... a violência não define quem a mulher é. É importante que ela possa reconhecer e romper com o ciclo de agressões que sofre. Buscar ajuda, enfrentar o medo e a dor é um ato de coragem e de amor-próprio.”

JS: Que mensagem a senhora gostaria de deixar para mulheres que estão passando por essa situação?

SABRINA GOMES CAMARGO: É difícil falar sobre este assunto sem me lembrar e recorrer à jornalista Eliane Brum. Ela nos diz que a violência é estrutural no ser e no estar no mundo de uma mulher, que ser mulher é ser um corpo que não se sente seguro em lugar algum. É portar um corpo sempre na iminência de ser violado. No entanto, a violência não define quem a mulher é. É importante que ela possa reconhecer e romper com o ciclo de agressões que sofre. Buscar ajuda, enfrentar o medo e a dor é um ato de coragem e de amor-próprio.

JS: a senhora gostaria de acrescentar algo mais que considere importante compartilhar?

SABRINA GOMES CAMARGO: Não podemos normalizar a violência contra a mulher. É importante compreender e reforçar que combater a violência é uma responsabilidade coletiva. Não basta cuidar das vítimas, é preciso transformar a cultura que produz essa violência. A escuta, o respeito e a promoção da dignidade humana é compromisso de toda a sociedade, de todos nós.





FOTO: DIVULGAÇÃO

SABRINA GOMES CAMARGO
Psicóloga, Psicanalista, Membro do Campo Psicanalítico Salvador

Consultório em Brumado:
Rua Joana Angélica, 148, 1º andar, Centro.
Telefone: (77) 99925-2198
camargosabrina@uol.com.br

Graduada em Psicologia pela Faculdade Ruy Barbosa (Salvador), Mestre em Psicanálise (Universidade de Paris), Doutora em Teoria Psicanalítica (UFRJ), Especialista em Teoria da Clínica Psicanalítica (UFBA), Especialista em Psicologia Organizacional e Gestão de Pessoas (PUC/RS), Especialista em Medicina e Psicanálise com Bebês (Faculdade Pólis Civitas/PR), Especialista em Psicologia Escolar e da Educação (PUC/RS), Graduada em Psicanálise, Perinatalidade e Parentalidade (Instituto Gerar) e em Intervenção Precoce (Núcleo Interdisciplinar em Intervenção Precoce da Bahia). Atua há mais de 20 anos na Clínica Psicanalítica, com experiência em Avaliação Psicológica, Consultoria Organizacional, Gestão de Conflitos na Área de Psicologia Organizacional e ministrando palestras no Campo Organizacional, da Saúde Mental e da Educação.

NÃO MAQUIE,
DENUNCIE.

Js.

O SILÊNCIO MATA

Emergência: 190
Denúncia: 181

DIREITOS HUMANOS

Estudo expõe descaso de empresas de energia eólica e solar com direitos humanos

Foto: Arnaldo Sete/Marco Zero



■ DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

Um estudo inédito divulgado no último dia 27 de janeiro revelou fragilidades no compromisso público das principais empresas dos setores de energia eólica e solar em relação aos direitos humanos. Segundo o relatório “Direitos Humanos nos Setores Eólico e Solar no Brasil”, apenas sete das 34 Companhias analisadas (20,5%) alcançaram mais de 50% dos indicadores avaliados.

O estudo utilizou a metodologia do Corporate Human Rights Benchmark (CHRB) - iniciativa global que avalia e classifica as maiores empresas do mundo com base no seu desempenho em direitos humanos., desenvolvida pela World Benchmarking Alliance (WBA), referência internacional na avaliação de desempenho empresarial em direitos humanos. A análise foi baseada em documentos públicos das empresas – como políticas internas, códigos de conduta e relatórios – e não em práticas verificadas em campo.

Foram consideradas 34 empresas responsáveis por parte significativa da capacidade instalada dos setores eólico e solar no Brasil, após exclusões de companhias sem documentos públicos ou voltadas apenas à geração para consumo próprio. Entre elas estão nomes como Enel Green Power, Neoenergia, Casa dos Ventos, Brookfield Energia, CPFL Energias e Valtalia.

Resultados

- 7 empresas (20,5%) pontuaram acima de 50% dos indicadores.
- 15 empresas (44,1%) ficaram entre 25% e 50%.
- 12 empresas (35,3%) não atingiram 25%.

A pesquisa foi estruturada em quatro áreas: compromissos políticos, devida diligência, mecanismos de reclamação e práticas empresariais.

Principais fragilidades

- Apenas 19 das 34 empresas fazem referência explícita a marcos internacionais, como os Princípios Orientadores da ONU ou as Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- A devida diligência é o maior gargalo: só 10 descrevem processos para identificar riscos e impactos, e apenas 8 evidenciam avaliações formais.

DIREITOS HUMANOS

- Embora 24 empresas possuam canais de denúncia, a maioria não detalha acessibilidade, imparcialidade ou conexão com reparação.
- Poucas divulgam resultados de análises socioambientais ou indicadores sociais.
- O direito à água é praticamente ignorado: apenas 4 empresas o reconhecem em compromissos públicos, sem planos de ação para riscos relacionados.

Contexto e implicações

Para os organizadores, os resultados não configuram ataque ao setor, mas um alerta. “A energia eólica e solar são fundamentais para o futuro climático e econômico do Brasil. No entanto, seu sucesso depende da aplicação consistente de salvaguardas socioambientais”, afirma Cecília Oliveira, Coordenadora da iniciativa Nordeste Potência.

Ela destaca que a ausência de políticas claras gera conflitos e judicialização, aumentando custos e fragilizando a confiança institucional. “Salvaguardas não são entraves, mas instrumentos de prevenção e estabilidade”, acrescenta.

A Coordenadora da Pesquisa, Victoriana Leonora Corte Gonzaga, reforça que a falta de devida diligência não é apenas uma lacuna ética, mas também econômica. “Empresas que não estruturam processos de gestão de risco assumem vulnerabilidades que comprometem investimentos e a viabilidade de projetos no médio e longo prazo”, afirma.

O Relatório aponta padrões de violação, como contratos desiguais e arrendamentos longos e onerosos que limitam o uso da terra e configuram expropriação indireta. A expansão acelerada das fontes renováveis, embora essencial para enfrentar a crise climática, tem ocorrido em meio a assimetrias de poder e fragilidade institucional.

O estudo reforça que respeitar direitos humanos não é opção, mas obrigação corporativa vinculada a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Para os pesquisadores, o futuro da energia limpa no país depende da capacidade das empresas de integrar transição energética e justiça social, promovendo investimentos que respeitem territórios e comunidades.

* COM INFORMAÇÕES DO MARCO ZERO CONTEÚDO (<https://marcozero.org/>)



**SINDICATO DOS MINERADORES DE BRUMADO
E MICRO REGIÃO
FILIAIDO A CTB E AO DIEESE**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente da Entidade supra no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto e a Legislação Trabalhista atual, **CONVOCA** os funcionários da Empresa **SÃO JORGE PEDRAS ORNAMENTAIS, COM CNPJ 05.613 382/0001-42** para participarem de uma Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 26 de fevereiro de 2026, às 7:00 horas, na Fazenda Serra Escura II, no Refeitório da Empresa, Tanhaçu -Ba, onde será tratado o seguinte assunto da ordem do dia:

01- Representação Sindical;

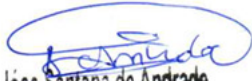
02- Autorização para desconto das mensalidades no percentual de 1,5% (um e meio por cento) do salário nominal, em folha de pagamento;

03-Discussão e deliberação de pauta de reivindicações;

03- O que ocorrer;

Não havendo na hora acima citada, número suficiente de funcionários para instalação dos trabalhos, em primeira convocação, a Assembleia será realizada uma hora após em segunda convocação com qualquer número de funcionários presentes.

Brumado-Ba, 24 de fevereiro de 2026.



José Santana de Andrade
Secretário Geral
Sindmine

AV. DR. GUILHERME DIAS, 205 - CENTRO - BRUMADO - BAHIA - CEP 46.100-000
SITE www.sindmine.org.br EMAIL contato@sindmine.org.br - TELEFAX (077) 3441-3025
CGC-MF 14.152.284/0001-46 - INSC. EST. 71.534.300



MAYARA BEZERRA

Arquitetura e Interiores

DESIGN PERSONALIZADO | SOLUÇÕES CRIATIVAS | CONFORTO E SOFISTICAÇÃO

Transforme seu sonho em realidade!
Entre em contato hoje e descubra
como Mayara Bezerra pode reinventar
seu espaço.

 (77) 98803-4343

mayarabezerra.arq@gmail.com

 @mayarasantanab

OS DESAFIOS, COMPROMISSOS E A VISÃO DO NOVO DIRETOR-PRESIDENTE DA CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

■ GABRIELA OLIVEIRA

reportagem@jornaldosudoeste.com

A Cáritas Arquidiocesana, Entidade vinculada à Igreja Católica e reconhecida pelo trabalho junto às comunidades em situação de vulnerabilidade, tem desempenhado papel essencial na promoção da solidariedade e na defesa dos direitos humanos.

Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Cáritas atua diretamente no campo da ação social da Igreja, desenvolvendo iniciativas voltadas para a proteção da vida e o fortalecimento da cidadania.

O nome “Cáritas” tem origem no latim e significa “caridade”, traduzindo-se na prática concreta da solidariedade diante de situações em que a dignidade humana se encontra ameaçada.

Em Vitória da Conquista, a Cáritas Arquidiocesana tem se consolidado como presença ativa na comunidade, oferecendo apoio a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Recentemente, a Entidade promoveu uma Campanha Solidária em parceria com a Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil em Vitória da Conquista (OAB/BA), voltada para auxiliar imigrantes venezuelanos que chegaram à região. A iniciativa reforça o compromisso da Cáritas com a acolhida e a integração de pessoas em busca de melhores condições de vida.

Desde o último mês de janeiro, a Cáritas Arquidiocesana de Vitória da Conquista passou a contar com novo Diretor-Presidente. O cargo foi assumido por José Silva Figueiredo, ex-sacerdote, atualmente leigo, natural de Macaúbas, com ampla trajetória acadêmica e social.

José Silva Figueiredo é Mestre em Filosofia, Pós-graduado em Movimentos Sociais, Organizações Populares e Democracia Participativa (Ciência Política), além de ser Bacharel em Teologia. Atua como Professor Universitário nas áreas de Filosofia, Teologia e Teologia Moral/Social, é Palestrante e Assessor Pedagógico na Formação de Monitores das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs).

O novo Diretor-Presidente acumula experiência em causas sociais, adquirida durante o período em que exerceu o sacerdócio em Paróquias da Diocese de Caetité, incluindo Botuporã, Brumado, Caturama e Condeúba. Sua trajetória reforça o compromisso da Cáritas Arquidiocesana com a promoção da solidariedade e a defesa dos direitos humanos.

O novo Diretor-Presidente da Cáritas Arquidiocesana de Vitória da Conquista, José Silva Figueiredo, recebeu a reportagem do **JS** na Cúria Metropolitana, na Praça Tancredo Neves, no Centro da cidade, para uma entrevista exclusiva. Durante a conversa, ressaltou a importância da caridade como expressão concreta do Evangelho e enfatizou o compromisso da Instituição com a defesa da dignidade humana. Afirmou ainda sentir alegria e expectativa diante do desafio de assumir a Coordenação da Cáritas Arquidiocesana de Vitória da Conquista, destacando os projetos que pretende implementar e as demandas crescentes que a Entidade terá de enfrentar. Ele também apontou o papel da Igreja Católica na promoção de ações sociais efetivas, voltadas para a melhoria das condições de vida da população.

Confira os principais trechos da entrevista:

JORNAL DO SUDOESTE: Qual a missão principal da Cáritas Arquidiocesana e como ela se traduz na prática cotidiana?

JOSÉ SILVA FIGUEREDO: A Cáritas tem como missão central a promoção da caridade, seu próprio nome, derivado do latim, significa caridade. No âmbito da Arquidiocese, cabe à Cáritas organizar e coordenar essa prática, função que lhe é confiada pela Igreja por ser um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), responsável por estruturar a caridade em sua dimensão mais elevada. A caridade, entendida como expressão do próprio Deus – Deus Caritas Est – é concretizada pela Cáritas por meio de diversos serviços voltados aos mais vulneráveis e necessitados. Essa atuação vai além do atendimento imediato, como a entrega de cestas básicas, roupas ou auxílio em contas de água e luz. O objetivo maior é promover justiça social e contribuir para que as pessoas superem situações de fragilidade. As ações da Cáritas abrangem diferentes públicos: crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, pessoas com deficiência e, de forma geral, todos os que se encontram em condição de carência. Dessa forma, a Instituição busca não apenas oferecer apoio emergencial, mas também criar oportunidades para que cada indivíduo possa alcançar uma vida digna e saudável.



JS: Quais são os principais projetos e áreas de atuação da Instituição hoje em Vitória da Conquista?

JOSÉ SILVA FIGUEREDO: A Cáritas, de modo geral, atua em diversas frentes de apoio social. Em Vitória da Conquista, atualmente, desenvolve um projeto em parceria com organizações internacionais que promove um Bazar Solidário. As roupas, vindas principalmente da Europa, são comercializadas a preços acessíveis e parte da arrecadação é destinada à criação de um Fundo para outras ações de assistência. Além de oferecer peças de qualidade, como roupas de frio, o Bazar contribui para ampliar o alcance das iniciativas sociais. A Instituição também trabalha diretamente com migrantes, em especial venezuelanos que chegaram à região nos últimos anos, e apoia projetos comunitários voltados para alimentação, transporte, fornecimento de roupas, medicamentos e outras necessidades emergenciais. Nesse sentido, exerce um papel de “guarda-chuva”, dando suporte a diferentes iniciativas de caridade já existentes. Outra área de atuação é o meio ambiente. A Cáritas integra a Comissão de Ecologia Integral, criada pela Arquidiocese, que acompanha questões ambientais em Vitória da Conquista e região. A partir dessa participação, promove estudos, seminários e mobilizações voltadas à conscientização e defesa da ecologia integral.

POLÍTICA SOCIAL DA IGREJA - ENTREVISTA



“ A Cáritas exerce um papel fundamental na responsabilidade com a caridade, entendida como compromisso social e, sobretudo, com a justiça social. ”

JS: Como a Cáritas se articula com a Arquidiocese e outras pastorais sociais?

JOSÉ SILVA FIGUEREDO: A Cáritas exerce um papel fundamental na responsabilidade com a caridade, entendida como compromisso social e, sobretudo, com a justiça social. Costuma ser descrita como uma espécie de “guarda-chuva” que articula e dá suporte às demais Pastorais Sociais. É a principal Instituição da Igreja Católica voltada para promover o bem comum, atuando sempre em rede e de forma colaborativa. Esse trabalho não se limita ao apoio financeiro, envolve também voluntariado, formação e presença junto a outras Pastorais, como a Comissão Pastoral da Terra, a Pastoral da Criança e a Pastoral do Morador de Rua. A Cáritas contribui tanto na execução de projetos quanto na elaboração de iniciativas que dão viabilidade às ações já desenvolvidas por grupos e movimentos da Arquidiocese de Vitória da Conquista, onde há uma ampla rede de atividades sociais muitas vezes pouco conhecidas pela população. Entre suas responsabilidades mais importantes está a articulação com a Campanha da Fraternidade, realizada anualmente. Cabe à Cáritas colaborar com a Arquidiocese na formação e estudo do tema proposto, transformando-o em ações concretas. Em 2026, por exemplo, o tema é a moradia, questão de grande relevância em Vitória da Conquista, diante do déficit habitacional e da realidade de pessoas em situação de rua ou vivendo em condições inadequadas. Assim, a Cáritas assume o compromisso de traduzir a reflexão da Campanha em iniciativas práticas que respondam às necessidades locais.

JS: De onde vêm os recursos financeiros e humanos que sustentam os projetos da Cáritas arquidiocesana aqui em Vitória da Conquista?

JOSÉ SILVA FIGUEREDO: Os recursos financeiros que sustentam os projetos da Igreja e da Cáritas vêm, em grande parte, da colaboração dos fiéis e de pessoas de boa vontade, inclusive de quem não é católico. Muitas vezes, esse apoio ultrapassa fronteiras. Há contribuições vindas de outros países, especialmente da Europa, onde são realizadas campanhas e criados Fundos que chegam até a Arquidiocese. Um exemplo é o Bazar Solidário de Roupas, cuja manutenção depende de doações internacionais. No Brasil, a Campanha da Fraternidade também desempenha papel importante. Todos os anos, durante o Domingo de Ramos, é feita uma coleta especial que alimenta o Fundo Nacional de Solidariedade, revertido para projetos sociais da Diocese. Além disso, diversas Instituições estrangeiras financiam iniciativas

específicas, conforme a necessidade e o momento. Apesar dessas parcerias, a base do apoio continua sendo pessoas de coração generoso que doam. Em projetos de maior alcance, há também possibilidade de captar recursos públicos ou contar com o apoio de empresas e profissionais liberais. Em Vitória da Conquista, por exemplo, a Paróquia das Candeias desenvolve um Projeto que atende 100 famílias em situação de vulnerabilidade com crianças neurodivergentes. Nesse caso, Médicos, Psicólogos e Psicopedagogos se somam ao esforço, mostrando que a solidariedade pode vir tanto de Instituições quanto de indivíduos que se identificam com a missão da Cáritas.

JS: Quais as parcerias com organizações públicas e privadas têm sido mais relevantes?

JOSÉ SILVA FIGUEREDO: No momento, a Cáritas não possui nenhuma parceria de grande porte ou projeto sustentado por acordos consistentes. Já houve iniciativas em outros períodos, mas atualmente o destaque é o Bazar Solidário, realizado em parceria com uma Instituição estrangeira, que garante apoio significativo à manutenção das atividades. Embora não haja parcerias estruturadas em andamento, existe a possibilidade de captar recursos por meio de novos acordos, inclusive públicos, já que a Cáritas tem credencial legal para receber tanto recursos privados quanto de origem governamental. Além disso, há apoios menores e pontuais, que não se caracterizam como patrocínios formais, mas que contribuem de forma expressiva para o dia a dia da Instituição. Em síntese, a Cáritas continua aberta à construção de parcerias mais consistentes, mas atualmente conta com iniciativas menores e com o Bazar Solidário como principal referência de cooperação externa.

JS: Quais são os principais desafios sociais de Vitória da Conquista, que exigem maior atenção da Cáritas Arquidiocesana hoje?

JOSÉ SILVA FIGUEREDO: Entre os desafios que se destacam em Vitória da Conquista, um deles é a situação dos migrantes, especialmente os venezuelanos. O número de pessoas em condição de vulnerabilidade é significativo e exige uma estrutura mais sólida de atendimento, sobretudo no acesso à informação. A Cáritas já realizou ações mais diretas nesse campo, mas por questões ligadas à articulação com o setor público e outros grupos de apoio, houve um afastamento que precisa ser retomado. Outro ponto de atenção é o meio ambiente. A Arquidiocese, por meio da Cáritas, tem buscado acompanhar os impactos das chuvas na cidade e nas regiões vizinhas, além de questões relacionadas aos Biomas e ao Semiárido, como Projetos de Cisternas e Captação de Água. Há também preocupação com a atuação de mineradoras, incluindo a exploração de terras raras, que traz riscos às comunidades locais. Para enfrentar esses desafios, a Cáritas integra a Comissão de Ecologia Integral, criada pela Arquidiocese, que se insere no conjunto das chamadas Comissões Sócio-Transformadoras. O objetivo é ir além da assistência imediata e promover justiça social e transformação estrutural. A Campanha da Fraternidade também ocupa lugar de destaque. O tema deste ano, moradia, é especialmente relevante diante do déficit habitacional e da presença de pessoas em situação de rua ou vivendo em condições inadequadas. A Cáritas participa ativamente das discussões e ações ligadas à Campanha. Além disso, o Bazar Solidário continua sendo uma prioridade, tanto por oferecer roupas de qualidade a preços acessíveis quanto por gerar fundos para outras iniciativas. Outro desafio essencial é a formação dos agentes da Cáritas e dos voluntários, fortalecendo a dimensão humana e cristã da caridade. Essa formação é vista como fundamental para sustentar o trabalho interno e ampliar a rede de apoio, que inclui não apenas católicos, mas também pessoas de outras tradições religiosas ou sem vínculo religioso, já que a Cáritas possui uma forte dimensão ecumênica.

POLÍTICA SOCIAL DA IGREJA - ENTREVISTA



“ ... maior patrimônio (da Cáritas) é o voluntariado: pessoas generosas que colaboram com tempo, dedicação e doações materiais. É graças a essa rede de solidariedade que a Instituição se sustenta e continua atuando. ”

JS: Como a entidade tem respondido às crises recentes (crises econômicas, ambientais, migratórias) e a crescente demanda por apoio em tempos de vulnerabilidade social?

JOSÉ SILVA FIGUEREDO: Por estar diretamente em contato com as realidades sociais, a Cáritas depende de recursos econômicos para manter projetos, trabalhos e formações. Ainda assim, seu maior patrimônio é o voluntariado: pessoas generosas que colaboram com tempo, dedicação e doações materiais. É graças a essa rede de solidariedade que a Instituição se sustenta e continua atuando. As crises econômicas, no entanto, têm impacto. Um exemplo foi a suspensão de recursos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, que financiava projetos no Brasil e em outros países. Embora a Cáritas não dependa exclusivamente desses Fundos, cortes como esse afetam iniciativas em algumas regiões. A Cáritas é uma rede mundial, presente em Dioceses, regionais, nacionais e na esfera internacional, e naturalmente sente os reflexos de crises econômicas globais. Além da questão financeira, há também os desafios ecológicos e ambientais. Inspirada pela visão da Igreja e pelo Papa Francisco, que define o meio ambiente como “casa comum”, a Cáritas direciona atenção a projetos voltados para sustentabilidade e justiça socioambiental. Participa de Seminários, Fóruns e Encontros como as COPs [Conferências das Partes], buscando envolver Governos, Instituições e sociedade na defesa do meio ambiente. Essas crises, econômicas e ambientais, impactam o trabalho, podendo reduzir recursos ou limitar projetos. No entanto, não impedem a continuidade da missão. A Cáritas segue firme, sustentada pela solidariedade das pessoas e pelo compromisso de transformar realidades sociais e promover justiça.

“ Em resumo, qualquer ação social que melhore a Saúde, o Bem-Estar ou os relacionamentos familiares contribui para transformar positivamente a vida das pessoas, e é nesse sentido que a Cáritas tem atuado. ”

JS: O senhor pode compartilhar histórias ou exemplos crescentes de transformação social promovida pela Cáritas da Arquidiocese de Vitória da Conquista?

JOSÉ SILVA FIGUEREDO: Embora eu esteja há pouco tempo à frente da Cáritas – assumi no início deste ano – já é possível destacar algumas ações realizadas em nível comunitário. Muitas delas não foram criadas diretamente pela Cáritas, mas contaram com seu apoio em parceria com outras Instituições. Entre os exemplos estão o Projeto Emergencial Covid-19, desenvolvido em conjunto com a Fundação Banco do Brasil, que garantiu atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade por meio da distribuição de cestas básicas, produtos de higiene, álcool em gel e máscaras. Também houve ações pontuais, como o apoio a famílias despejadas pela Prefeitura, com doações de colchões e alimentos; campanhas de ajuda a desabrigados pelas chuvas, incluindo materiais de construção; e a distribuição de 70 cartões de crédito no valor de R\$ 3.000,00 cada, em parceria com a Cáritas Regional Nordeste 3, para famílias afetadas pelas enchentes. Além disso, duas carretas de alimentos e colchões vindas de Mirassol (SP) foram entregues em Vitória da Conquista e nas Dioceses de Eunápolis e Ilhéus. Outras iniciativas incluem o apoio à implantação de quatro Cozinhas Solidárias do programa Bahia Sem Fome, em Vitória da Conquista, e a colaboração com a Cotefave [Comunidade Terapêutica Fazenda Vida e Esperança] na elaboração de projetos para o Fundo de Solidariedade. Essas parcerias têm gerado frutos concretos, transformando vidas. Quando uma Instituição assume o compromisso de atender crianças, por exemplo, os reflexos aparecem na Saúde, na qualidade de vida e até nas relações familiares. Os impactos se estendem às periferias, à zona rural e às Comunidades da Arquidiocese, onde também existem projetos voltados para adolescentes, como atividades de Arte, Esporte e Lazer desenvolvidas pela Pastoral do Menor. Em resumo, qualquer ação social que melhore a Saúde, o Bem-Estar ou os relacionamentos familiares contribui para transformar positivamente a vida das pessoas, e é nesse sentido que a Cáritas tem atuado.

JS: Como a Instituição mede o impacto das suas ações?

JOSÉ SILVA FIGUEREDO: De certa forma, o trabalho da Cáritas pode ser comparado a uma gota d’água no oceano. Como dizia Herbert de Souza, o Betinho, é como o beija-flor que leva uma gota para tentar apagar um incêndio: pode não resolver o problema, mas é melhor agir do que não fazer nada. Assim, quando pensamos no impacto social diante dos graves problemas da sociedade, sabemos que nossas ações não resolvem tudo. O que realmente se destaca é a força da solidariedade, da fraternidade e do voluntariado, que mobiliza tantas pessoas sem esperar nada em troca. Esse compromisso nasce de uma espiritualidade encarnada no Evangelho, no mandado de Jesus: fazer o bem não para aparecer, mas por fé e convicção. Muitas vezes, o impacto não é visível ou mensurável em estatísticas, mas transforma vidas e corações. É importante lembrar que a responsabilidade maior de garantir direitos e atender necessidades é do Estado. Ainda assim, sem as obras sociais da Igreja Católica, das Igrejas Evangélicas, dos Espíritas, dos Maçons e de tantas outras Instituições, o Estado enfrentaria uma sobrecarga que poderia levar ao colapso. Portanto, a ação da Cáritas tem grande impacto, não apenas por atender necessidades imediatas, mas por promover transformação humana e espiritual. Mesmo que os recursos sejam pequenos em comparação com os gastos públicos, o valor está na mobilização de pessoas e na promoção do bem, que gera mudanças reais na vida das comunidades

POLÍTICA SOCIAL DA IGREJA - ENTREVISTA

JS: De que forma a sociedade civil pode colaborar de maneira prática com a Cáritas?

JOSÉ SILVA FIGUEREDO: A sociedade civil envolve tanto o poder público quanto os cidadãos em geral, e pode colaborar com a Cáritas de diferentes formas. Uma maneira simples é por meio do voluntariado, qualquer pessoa pode se engajar em campanhas ou ações específicas, oferecendo apoio temporário. Quem deseja um envolvimento mais profundo pode integrar a própria estrutura da Cáritas, participando de forma constante das iniciativas. Além da colaboração individual, há também a possibilidade de apoio institucional. A depender das demandas sociais, a Cáritas pode captar recursos públicos, como emendas parlamentares ou destinações feitas pela Câmara Municipal. Dessa forma, a sociedade civil contribui não apenas com trabalho voluntário e solidariedade, mas também com recursos que fortalecem os projetos e ampliam o alcance das ações.

JS: O senhor acaba de assumir a Coordenação de Vitória da Conquista. Quais são os planos e prioridades da Cáritas para os próximos anos?

JOSÉ SILVA FIGUEREDO: Assumi recentemente a Presidência da Cáritas Arquidiocesana, eleito em assembleia realizada em 27 de dezembro. Por estar chegando agora, ainda estou conhecendo a realidade de Vitória da Conquista e da própria Igreja local, que é bastante ampla. Recebi essa missão com surpresa e alegria, indicada pela Arquidiocese e pelo Arcebispo Dom Vítor, e tenho consciência da grande responsabilidade que representa. Felizmente, contamos com uma equipe sólida, construída ao longo dos anos, sob a liderança do Diácono Luciano, que esteve à frente da Instituição. Minha expectativa é dar continuidade a esse trabalho já consolidado. É importante lembrar que a Cáritas não se limita a uma Diocese: ela é uma rede presente em diversos Estados, em nível nacional e internacional. Está sempre atuante em situações de crise, seja em guerras, catástrofes naturais ou emergências locais, como as enchentes recentes na Bahia. Em qualquer cobertura jornalística dessas situações, é comum ver o símbolo da Cáritas presente. Nosso trabalho depende de fatores internos e externos, da solidariedade das pessoas, de projetos da sociedade civil, de apoio privado e também do Estado. Por isso, precisamos estabelecer prioridades e planejar nossas ações. Já iniciamos esse processo com a equipe, em diálogo com o Arcebispo, e uma das primeiras metas é fortalecer a formação interna dos agentes da Cáritas. Essa formação é essencial para delimitar o papel da Instituição, diferenciando o que cabe à Igreja e o que é responsabilidade do Estado ou da sociedade civil. Estamos preparando um diagnóstico da realidade social de Vitória da Conquista, para identificar demandas e definir onde podemos contribuir de forma mais efetiva. Esse levantamento também ajudará a mapear o que a Igreja já realiza, muitas vezes sem plena consciência da amplitude de suas ações, e permitirá reorganizar esforços. Entre as prioridades já definidas estão: a participação na Campanha da Fraternidade, que neste ano aborda o tema da moradia, questão central para a cidade e região; a atuação na Comissão de Ecologia Integral, formada por Pastorais Sociais e aberta à sociedade civil, voltada para questões ambientais; a continuidade do Bazar Solidário, com novos Editais previstos para abril, dada a relevância dos resultados obtidos em experiências anteriores; a retomada do trabalho com migrantes, especialmente os venezuelanos, cuja presença tem aumentado na região; o fortalecimento da equipe e dos voluntários da Cáritas, para que a Instituição cumpra plenamente sua missão de organizar e promover a caridade.

“ O maior patrimônio da Cáritas é o voluntariado. Recursos externos para financiar projetos, sejam grandes ou pequenos, têm enorme importância, mas sem o engajamento dos agentes e voluntários da Cáritas, a beleza e a força do trabalho se perdem. ”

JS: O que e como o senhor pretende fazer para que a Instituição possa inovar e ampliar sua atuação?

JOSÉ SILVA FIGUEREDO: O caminho passa trabalhar em parceria, por unir forças com irmãos de boa vontade, sobretudo aqueles que já atuam nos grupos da Igreja Católica em ações de caridade. É fundamental dialogar com essas iniciativas, compreender o que já está sendo feito e identificar como podemos somar esforços em parceria. O maior patrimônio da Cáritas é o voluntariado. Recursos externos para financiar projetos, sejam grandes ou pequenos, têm enorme importância, mas sem o engajamento dos agentes e voluntários da Cáritas, a beleza e a força do trabalho se perdem. Precisamos equilibrar as duas dimensões: apoio financeiro e dedicação voluntária. Por isso, o primeiro passo é fortalecer a própria Cáritas internamente, investindo na formação dos agentes e voluntários. Essa formação deve ser sólida, especialmente no vínculo entre fé e vida, para que a mensagem do Evangelho inspire também uma reflexão social. É essencial que todos compreendam que servir aos irmãos, sobretudo os mais vulneráveis, é parte da missão. A partir dessa base organizada e consistente, podemos então buscar parcerias externas com Instituições, Ministérios e demais colaboradores que possam apoiar na elaboração de Projetos e na captação de recursos. Mas antes de olhar para fora, precisamos arrumar a casa por dentro.

JS: Que mensagem o senhor gostaria de deixar para a sociedade sobre solidariedade e compromisso social?

JOSÉ SILVA FIGUEREDO: Eu creio que vivemos um momento único, talvez sem precedentes na história da humanidade. As crises que enfrentamos não se limitam a regiões periféricas ou países em desenvolvimento; hoje, até grandes potências como os Estados Unidos e outras nações atravessam dificuldades econômicas. É como se estivéssemos todos no mesmo barco, e a sobrevivência depende da nossa capacidade de unir forças. Além disso, há a crise ambiental, cada vez mais evidente. Não é preciso ser especialista para perceber os sinais: chuvas intensas, enchentes repentinas, fenômenos climáticos que mostram uma natureza desorientada. Esses acontecimentos nos lembram da urgência de cuidar da casa comum. Diante desse cenário, a mensagem que precisamos transmitir é clara: os desafios da sociedade são coletivos, e a resposta também deve ser. A Cáritas se coloca como um organismo voltado para a fraternidade e a solidariedade, construindo uma sociedade com as próprias mãos de quem participa. Não é necessário ser rico ou ter grandes recursos; cada pessoa, onde quer que esteja, pode colaborar nessa rede mundial de solidariedade. A Cáritas nasceu como instrumento da Igreja, inspirada pelo Espírito de Deus, e no Brasil completa 70 anos desde sua criação por Dom Helder Câmara. A missão continua viva: ser presença de esperança e serviço. Da minha parte, quero ser como o beija-flor da fábula, que carrega sua pequena gota de água para ajudar a apagar o incêndio. Sei que o desafio é imenso, mas acredito que, com a força e a graça de Deus, cada gesto, por menor que pareça, terá resultado.

POLÍTICA SOCIAL DA IGREJA - ENTREVISTA

JS: O senhor gostaria de acrescentar alguma coisa?

JOSÉ SILVA FIGUEREDO: Quero começar destacando a alegria de receber você aqui. É uma satisfação perceber a sensibilidade do Jornal do Sudoeste, que compreendeu a importância dessa missão que assumi e encaminhou você para esta entrevista, trazendo perguntas tão bem preparadas e organizadas. A Cáritas é um organismo da CNBB, e sua finalidade é promover a caridade em sua dimensão mais ampla. Não se trata apenas de atender às necessidades imediatas das pessoas, mas também de buscar o bem comum, de lutar pela justiça social e pela transformação da sociedade. Essa é a vocação sociotransformadora da Cáritas. Na Arquidiocese, seguimos essa mesma missão, conforme o pedido de Dom Vítor: organizar a caridade. Usamos a imagem de um guarda-chuva para simbolizar o papel da Cáritas como apoio e articulação dos diversos serviços e Pastorais que atuam na dimensão social. É um compromisso da Igreja que nasce do próprio Evangelho, do apelo de Jesus para que sejamos presença de solidariedade. A Cáritas não é apenas mais uma Instituição de ação social. Muitas organizações fazem trabalhos relevantes, mas a Cáritas carrega um diferencial: ela realiza a caridade como Jesus ensinou, sem buscar promoção própria, sem olhar a quem. É a caridade pela caridade, expressão viva da união entre fé e vida. Quero também reforçar o chamado ao voluntariado. Qualquer pessoa pode ser agente da Cáritas, desde que tenha o coração aberto para servir. Não importa sua profissão ou condição; sempre haverá um espaço em que você poderá se encaixar e contribuir. A caridade é uma missão que se realiza com mãos diversas, mas com um mesmo espírito: o de servir ao próximo.

UM CONSULTÓRIO DE
ENDOCRINOLOGIA EM
BRUMADO

para chamar de seu!

NATHALE PRATES
ENDOCRINOLOGIA

Atendimento de
Segunda a Sexta

Confira nossos
horários

Rua Coronel Paulino Chaves, 255
Centro | Brumado - BA
Clínica ProBeauty.
(Próximo Praça do Unema)

Agendamento de consultas
via WhatsApp
(71) 99209-7355

BANANA DE BOM JESUS DA LAPA CONQUISTA SELO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E PROJETA NOVOS MERCADOS

Certificada na categoria Indicação de Procedência, a banana da região se destaca pela coloração amarelo-ouro clara, elevada doçura e baixa acidez – características diretamente ligadas ao manejo em clima semiárido.

Pág. 16 a 17



PREDISPOSIÇÃO GENÉTICA: CIENTISTA BRASILEIRO DESENVOLVE O MAIOR RELATÓRIO DO MUNDO

Um Neurocientista brasileiro acaba de colocar o Brasil em destaque no mapa mundial da Genômica de Precisão. Dr. Fabiano de Abreu Agrela Rodrigues, DWiretor Científico do CPAH (Centro de Pesquisa e Análises Heráclito), criou o Genetic Intelligence Project (GIP), **considerado por Especialistas um dos Sistemas mais completos e integrados de Análise de Predisposição Genética para Inteligência já desenvolvidos.**

Pág. 18 a 19



BAHIA REGISTRA MAIS DE 12 MIL PARTOS DE MÃES ADOLESCENTES EM 2025

A divulgação ocorre durante a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, realizada de 1º a 8 de fevereiro.

Pág. 20